

Carlos Eduardo Oliveira do Carmo (Edu O.)
Marilza Oliveira da Silva

Mapeamento

ACESA MAIS

RELATÓRIO

Caminhos trilhados para o
reconhecimento e valorização da Cultura DEF
nas políticas públicas culturais brasileiras.

Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Descrição da capa.

Sobre fundo azul escuro, uma grade de quadrados organizados em 6 linhas e 5 colunas, contendo animações de rostos humanos feitos com traços finos azul-claros. Os rostos apresentam diferentes formatos de cabelo, expressões e traços faciais. Da direita para a esquerda, eles vão ficando progressivamente mais claros, até desaparecerem.

Na parte superior, centralizado, os nomes dos organizadores em letras brancas: Carlos Eduardo Oliveira do Carmo, indicado entre parênteses como Edu O., e Marilza Oliveira da Silva.

No centro, em destaque, o título “Mapeamento” em letras grandes brancas de bordas arredondadas. Na parte inferior da palavra e levemente deslocado para a direita, “Acessa Mais” em letras menores na cor amarela.

Abaixo, centralizado, a palavra “Relatório”, em letras brancas. E destacado por faixas amarelas: “Caminhos trilhados para o reconhecimento e valorização da Cultura DEF nas políticas públicas culturais brasileiras.”

No rodapé, sobre fundo branco, à esquerda, os logotipos institucionais da Universidade Federal da Bahia e do Ministério da Cultura. À direita, o logotipo do Governo do Brasil, acompanhado do slogan “Do lado do povo brasileiro”.



RELATÓRIO COM AUDIODESCRIÇÃO, LIBRAS, LEGENDA E NARRAÇÃO EM PORTUGUÊS

01 - CAPA E CRÉDITOS:

<https://youtu.be/7SIQobiPRpc?si=gGqHWp2KJZVoWx2H>

02 - AGRADECIMENTOS:

https://youtu.be/KYQI9R511Rs?si=bl5QwNX6heP_0MHI

03 - SUMÁRIO:

<https://youtu.be/uzKT6lLfPbw?si=uxpzUq-alb0VIMF8>

04 - APRESENTAÇÃO:

<https://youtu.be/ansbf63RMSg?si=NE4cWjgl1WFkxZqY>

05 - CULTURA DEF REPOVOANDO IMAGINÁRIOS/ CONCEITOS ORIENTADORES DA PESQUISA:

<https://youtu.be/6hzDzyAdco0?si=TICpKHfB5hHnm7JK>

06 - PARTE 1: ABERTURA DE CAMINHOS:

https://youtu.be/V2EuU2bS74I?si=jAbJDlfXMJLYX0_Q

07 - DA PERFORMANCE DA QUEDA AO MAPEAMENTO:

<https://youtu.be/vhhrQ3VrwPU?si=lwmlVIHQbe8S3dHK>

08 - OBJETIVOS E METAS DO MAPEAMENTO:

https://youtu.be/iyM61T9leaQ?si=AZuFAfnao9wY-1__

09 - PROTAGONISMO DEF:

https://youtu.be/gP3_4SJjQi0?si=lcxknaaN2XadYTLi

10 - METODOLOGIA:

https://youtu.be/zvATDdZ8qfE?si=5vqcLtD_jeO_Ozpg

11 - CRIAÇÃO DA PLATAFORMA ONLINE:

https://youtu.be/oqACUJysQFQ?si=y9WI_8xpffdKlick

12 - CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS:

<https://youtu.be/DGP94t2zWAY?si=Fu8fvWObLqopByAK>

13 - CANAIS ALTERNATIVOS DE CONTATO:

<https://youtu.be/EKDjryfhfiw?si=y4Y-Y9TBOtPwLD88>

14 - FORMAÇÃO E PESQUISA:

https://youtu.be/GsQOcBB5GXA?si=YH0v2A4Ry3_R6qE6

15 - ACESSIBILIDADE EM TRÂNSITO POÉTICO:

https://youtu.be/2QU0317NWmM?si=xx_QTKDQtZIMMV_s

- 16 - POR UMA DANÇA AFROBRASILEIRA ANTICAPACITISTA:**
https://youtu.be/kx3zqsbkG2w?si=VcXt_n1WAE6JMust
- 17 - ELAGARTANDO A DANÇA:**
<https://youtu.be/ZOBPW3HyhLQ?si=3VHoDNp2XYaRIWPc>
- 18 - REFS E DEFS:**
<https://youtu.be/ZXfqRxpUO44?si=NrJE4SjpcwTWgaqL>
- 19 - ANCESTRALIDADE DEF:**
https://youtu.be/zwq56Wr1XrY?si=CrnMTyoBGWO_6ZVu
- 20 - QUAL É O LUGAR DA PESSOA NEGRA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL? – Marcelo Zig:**
https://youtu.be/VBQotNa1XAw?si=bg2vUXG_1VR-N5sf
- 21 - A QUEM INTERESSA A FALTA DE ARTISTAS DEFS NOS PALCOS? QUEM TEM MEDO DAS ARTISTAS DEFS? – Desireé Helissa Casale:**
https://youtu.be/qhWO9BEgg_M?si=ExeZypzSyDFFiBz
- 22- O ARTESANATO COMO SEGMENTO ARTÍSTICO E O PERTENCIMENTO DE ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA – Ananda Guimarães:**
<https://youtu.be/h81XUH9N1vU?si=SPDqmRxEAgy7mh3l>
- 23- CONTRIBUIÇÃO DE ARTISTAS DEFS NAS ARTES VISUAIS BRASILEIRAS – Fábio Passos:**
<https://youtu.be/9k1G8LSleLU?si=D0jk-yDAzYedNVvb>
- 24- ZULEIKANDO O AUDIOVISUAL – Estela Lapponi:**
<https://youtu.be/wofAop2Ne04?si=bE1qVojHi5fRCFXW>
- 25- DEFICIÊNCIA EM TELA: CINEMA E MEMÓRIA DEF – Sara Paoliello:**
<https://youtu.be/221RYxNRpxg?si=t2K8M8Rdto653tAs>
- 26- COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE O CIRCO E ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA, PARA A HISTÓRIA NÃO SE REPETIR – Ananda Guimarães (Palhaça Neneca):**
<https://youtu.be/zu5dvsE2Qdo?si=1BZYQvZqKS5qM7wp>
- 27- A PRESENÇA E IMPORTÂNCIA DE ARTISTAS COM DEFICIÊNCIAS NO CIRCO – Andressa Cabral Da Costa Da Silva:**
<https://youtu.be/E9hXJQlffaE?si=Z8dtoncPx5BKS7Na>
- 28- CULTURA POPULAR E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONHECIMENTO, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO - Ananda Guimarães:**
https://youtu.be/3eidgnn33vk?si=TCUSe-q7X0_Yj7FW
- 29- O CORPO COM DEFICIÊNCIA NA DANÇA - Natalia Pinto Da Rocha Ribeiro:**
<https://youtu.be/lvj6ZjV62OE?si=RNq-wKYhZ19btwaA>
- 30- LITERATURA: CAMPO EXPANDIDO PELAS DEFICIÊNCIAS - EDU O. E AMANDA SOARES:**
https://youtu.be/DyVyf_qQGzk?si=3PiDj2smRkc9gnTq

31- MÚSICA DEF NA PLAYLIST - Amanda Lyra:
<https://youtu.be/jpMoYxtney0?si=NPdRkplpnDVdwe02>

32- TEATRO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO - Renata Rezende:
https://youtu.be/bVK_YITqz64?si=N9vR8kElizszK26y

33- A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA CULTURAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL - Patrícia Dorneles:
<https://youtu.be/5dluGfiT8TU?si=QBo8WYBak-co9ct5>

34- PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA GESTÃO CULTURAL - Aline Zeymer:
https://youtu.be/V6GrYp9JknM?si=oEFeq_zOpm5F85N

35- CONSIDERANDO PESSOAS NEURODIVERGENTES – Paula Gotelip E Cristiane Muñoz:
<https://youtu.be/vG3vadYX45A?si=J1PKABG4U8UpXWPP>

36- PARTE 2: CAMINHOS EM CURSO: apresentando resultados. INTRODUÇÃO:
<https://youtu.be/blSN1vxakPQ?si=nBYYKz1KXgBhLUls>

37 – PERFIL GERAL:
<https://youtu.be/wCfnaWJxzuQ?si=cvJl54UEgrYEkiW0>

38- PERFIL DE ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA:
<https://youtu.be/dsu-bZ3csSk?si=AlBeaLQVd7TKycE8>

39- PERFIL DE AGENTES CULTURAIS COM DEFICIÊNCIA:
<https://youtu.be/Ud-LtoFBdao?si=VGskMyulGXDRaKn5>

40- PERFIL DE PROFISSIONAIS DE ACESSIBILIDADE CULTURAL:
https://youtu.be/NxgS63UnT-s?si=jnT3wTI-lkuHm_ZF

41 - CONCLUSÃO:
<https://youtu.be/BKlduaV-ZU?si=pYzxoAM6zHJMJTul>

42 – MINIBIO DAS PESSOAS AUTORAS:
https://youtu.be/NN2XNiwXBFM?si=O-hwBuz39-1_4KBX43-

43 - REFERÊNCIAS:
<https://youtu.be/PxT8vqdhGK4?si=CRDbDJwMy23CaolO>

44 - CONTRACAPA:
<https://youtu.be/vZPXbKkV6Lc?si=6nWNAEYoJryxkYFA>

45 - AUDIODESCRIÇÃO:
https://youtu.be/26KuEeQFhag?si=JQvX_ht1SP_Ae_Ef

46 - LOCUÇÃO:
<https://youtu.be/GLtJf9F7s9k?si=mHqly74J4PFbwwPD>



Página de fundo branco com uma grade de quadrados organizada em seis linhas e cinco colunas, formando um painel com trinta animações de rostos desenhados em traços azul-claros.

Homens e mulheres jovens, adultos e idosos. Alguns com traços envelhecidos, como rugas e linhas de expressão.

As características físicas são variadas: diferentes formatos de cabelo, curtos, longos, lisos, cacheados, crespos, ondulados, espetados, carecas e calvos. Têm os que usam óculos, enquanto outros apresentam barba ou bigode.

Os traços faciais também variam: olhos grandes ou pequenos, sobrancelhas finas ou marcadas, narizes de diferentes formatos e bocas com expressões diversas, incluindo sorrisos, expressões neutras e olhares mais sérios.

© 2026 Ministério da Cultura.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Venda proibida. Distribuição gratuita. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é da área técnica.

Tiragem: 1ª edição – 2026 – 200 exemplares

B823r

Brasil. Ministério da Cultura

Relatório Mapeamento acessa mais: caminhos trilhados para o reconhecimento e valorização da Cultura DEF nas políticas culturais brasileiras / Organizado por Carlos Eduardo Oliveira do Carmo (Edu O.) e Marilza Oliveira da Silva. -- Brasília: Ministério da Cultura; Bahia: Universidade Federal da Bahia, 2026.

99 p

ISBN: 978-65-982015-3-1

1. Brasil - Política Cultural 2. Política pública cultural para pessoa com deficiência 3. Artistas com deficiência I - Carmo, Carlos Eduardo Oliveira do II - Silva, Marilza Oliveira da III - Título

CDD 353.5340981

Ficha Catalográfica: Coordenação de Documentação e Informação do Ministério da Cultura.

Natália Cristina Ramos dos Santos – CRB-1/2895

MINISTÉRIO DA CULTURA

Organização:

Carlos Eduardo Oliveira do Carmo (Edu O.)
Marilza Oliveira da Silva

Mapeamento

ACESA MAIS

Relatório

Caminhos trilhados para o
reconhecimento e valorização da Cultura DEF
nas políticas públicas culturais brasileiras.

Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA



Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA CULTURA

Presidente da República do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente da República do Brasil

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho

Ministra de Estado da Cultura

Margareth Menezes da Purificação

Secretário Executivo

Márcio Tavares dos Santos

Secretário de Formação Artística e Cultural,

Livro e Leitura - Sefli/ MinC

Fabiano dos Santos

Diretor de Educação e Formação Artística

Rafael da Silva Maximiniano

Coordenador-Geral de Articulação de Políticas de

Cultura e Educação

Alexandre Falcão de Araújo

Coordenadora de acessibilidade cultural

Aline Vasconcelos Zeymer

Chefe da divisão de acessibilidade cultural

Valdo Ribeiro Resende da Nóbrega

Coordenadora-Geral de Cultura e

Comunicação (CGCC) - Sefli/ MinC

Ivna Nilton Marques Girão

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Reitor

Prof. Paulo César Miguez de Oliveira

Vice-reitor

Prof. Penildon Silva Filho

Chefe de Gabinete

Denise Vieira da Silva

Pró-Reitor de Extensão Universitária

Guilherme Bertissolo

Coordenadora de Programas e Projetos

Katemari Rosa

Coordenadora de Produção de Difusão da Extensão

Rita Ferreira de Aquino

Assessora de Produção e Comunicação

Renata de Paula Trindade Rocha de Souza

Secretário

Lúcio Antônio Rocha Lima

Setor de Gestão Administrativa e Financeira

Messias da Silva Lima (chefe)

MAPEAMENTO ACESSA MAIS

Coordenador

Carlos Eduardo Oliveira do Carmo (Edu O.)

Vice-coordenadora

Marilza Oliveira da Silva

Pesquisadores(as) visitantes

Amanda Lyra, Ananda Guimarães, Estela Lapponi, Fábio Passos e Renata Rezende

Pesquisadores(as) Bolsistas de Graduação UFBA

Amanda Soares, Dalbert Natan, Ednilson Sacramento, Gisele Souza, Ione Barreto, Jamile Simeia, João Rafael Neto, Rihan Brasil, Thiago Cohen e Vinícius Haastari

Pesquisadores(as) Bolsistas de Pós-Graduação UFBA

Natalia Rocha e Nailton Ronei Gomes Lima (Nei Lima)

Pesquisadores(as) voluntários(as):

Pesquisadores(as) voluntários(as): Paula Gotelip, Cristiane Muñoz, Elinilson Soares, Priscila Rosa

EQUIPE DE ACESSIBILIDADE - DÊ UM SINAL ASSESSORIA EM INCLUSÃO E DIVERSIDADE LTDA

Gestora

Cíntia Santos

Profissionais de acessibilidade cultural

Cíntia Santos, Dêvide Monteiro, Elinilson Soares, Jurema Iris, Lucas Sol, Alexandra Martins e Josete Bispo

Assistente administrativa

Juliana Souza

Gerente Contábil

Karina Gonçalves

Consultoras voluntárias

Cristiane Muñoz e Paula Gotelip

Roteiro

Juliana Gueiros

EQUIPE DE TECNOLOGIA

Líder do Projeto

Amanda Lyra

Desenvolvedor Responsável

Bruno Silva

Analista de Acessibilidade

Rafaela Damasio Castilho

Especialista em Dados

Stephanie Mendes

Produtor

Nei Lima

Designer

Thutto Santos

Ilustradora

Ila Giroto

Revisora

Nazaré Lima

EQUIPE FAPEX

Diretor Executivo

Antônio Fernando Queiroz

Superintendente

Rosalba Silva Oliveira

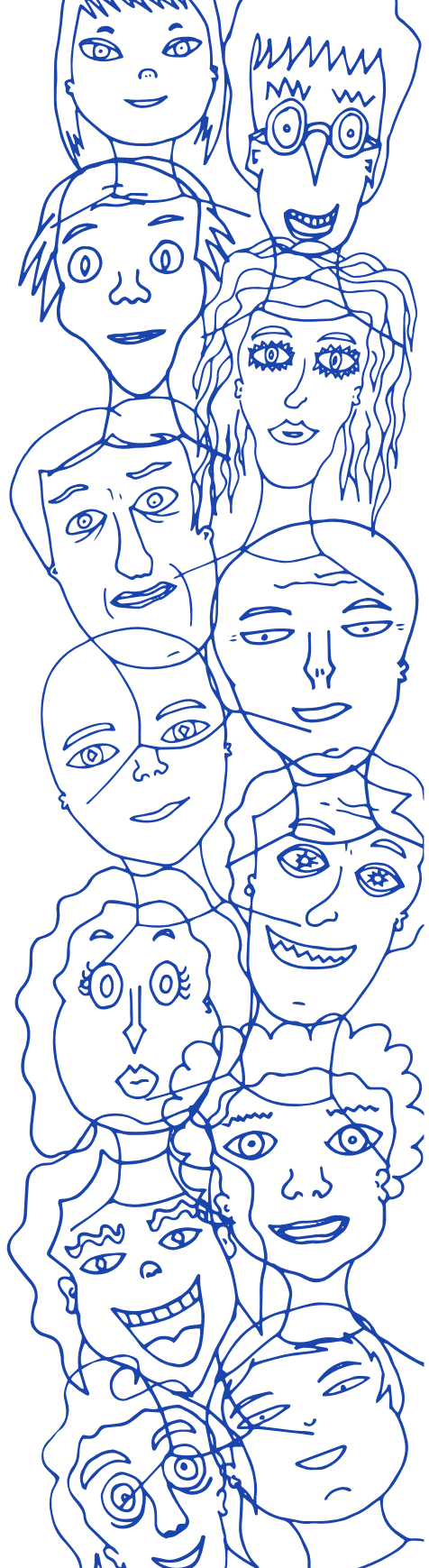
Analistas de Projetos

Débora Regina Scaldaferrri de Souza e

Aline Sobreira de Azevedo Santos

PESSOAS AUTORAS NA ESCRITA DO RELATÓRIO

Aline Zeymer, Amanda Lyra, Amanda Soares, Anahí Guedes de Mello, Ananda Guimarães, Andressa Cabral da Costa da Silva, Cintia Santos, Cristiane Munõz, Desiree Helissa, Edu O., Estela Lapponi, Fábio Passos, Marilza Oliveira, Natalia Rocha, Olivia von der Weid, Paula Gotelip, Renata Rezende, Sandra Rosa, Sara Paoliello, Stephanie Mendes e Valdo Nóbrega.



Página de fundo branco com animação de rostos em traços finos azul escuros. No canto esquerdo, coluna vertical com treze bustos. Homens e mulheres com cabelos curtos, longos, ondulados ou espetados e alguns carecas, têm expressões faciais entre sorriso e expressão neutra, incluindo rosto feminino com sorriso largo, as linhas das animações passam sobre outros rostos e traços se cruzam.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todas as pessoas que se cadastraram no Mapeamento Acessa Mais, àquelas que contribuíram, direta e indiretamente, com o projeto e às pessoas pesquisadoras que colaboraram ao longo do projeto e com a escrita deste relatório, nomeadas anteriormente na equipe.

Agradecimentos especiais a Naine Terena, sem a qual este projeto não existiria, assim como a toda a equipe do Ministério da Cultura, SEFLI, SCDC, Maria Marighella e GT de Acessibilidade da FUNARTE; à Reitoria, PROEXT, PROPLAN e Escola de Dança da UFBA; Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Instituto Brasileiro de Museus – Ibram; à FAPEX; SUDEF/BA; UNIFAP, UEAP e IFAP; Equipe do Mapeamento de Agentes Culturais com Deficiência da Cidade de Campinas; Ninfa Cunha e equipe do Espaço Xisto Bahia; Laís Anjos.

A todas as pessoas, artistas e instituições que contribuíram para a realização do lançamento do Mapeamento em diversas cidades brasileiras e a quem colaborou para a divulgação do projeto: grupo Malê DeBalê, Carol Guedes, Elinilson Soares, Marcelo Zig, Gilsamara Moura, Rita Aquino, ao coletivo Saídas Culturais Acessíveis, Slam Mãos Axé, Alexandre Baroni, Ana Paula Feminella, Marcia Rollemberg, Karina Gama, Emerson de Paula, Kai Henrique, Ronaldo Manasses, Jodoval Farias, Beth Rangel, Algel Fox, Thamyle Vieira, Gisлана Vale, Andrea Chiesorin, Patricia Ragazzon, Bárbara Karoline, Inês Saber, Letizia Osorio Nicoli, Lucas Pinheiro de Almeida, VouSer Acessibilidade, Andreza Nóbrega, Efraim Canuto, Márcia Berselli, Patrícia Maciel, Dionatan Rosa, Ariadne Antico, Daniel Moraes, Moira Braga, Samuel de Assis, Alice Browne, Paula Cohen, Giovane Venturinni, Luciano Malmmann, , Tabata Contrim, Tatá Mendonça, Xande Fateicha, Billy Saga, Igor Rocha, Daisy Souza, Paulo Ricardo Costa, Núcleo Dança Aberta (Neza Zarvos e Priscila Jorge), Sahel Oliveira, Claudia Ellen Araujo Teixeira, ADA (Artistas Defs do Amazonas), Terra Siena Galeria, Felipe Sampaio (INCLUI MS - Mostra Literária de Pessoas com Deficiência), Prof. Rafael de Almeida Ávila Lobo (Ifes Guarapari), Escola Célia Helena, Fundação Gregório de Matos/Salvador, Itaú Cultural, 7.1 acessibilidade criativa, Portal MUD, Permear Arte e Acessibilidade, Sou de Santinho, Folguedo Produção Cultural + Exposição, Procult UFCA (Universidade Federal do Cariri), UNESPAR.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 19

Políticas públicas de formação para garantir o protagonismo das pessoas com deficiência nas artes e na cultura - Fabiano dos Santos Piúba

CULTURA DEF: REPOVOANDO IMAGINÁRIOS NAS ARTES BRASILEIRAS - EDU O. E MARILZA OLIVEIRA..... 22

CONCEITOS ORIENTADORES DA PESQUISA..... 23

Acessibilidade cultural 24

Ancestralidade DEF..... 24

Bipedia compulsória 25

Capacitismo e anticapacitismo 25

DEF 26

Cultura DEF 26

Cultura do acesso..... 27

Cultura surda 28

28

PARTE 1 - ABERTURA DE CAMINHOS:

Quem somos? Onde estamos? O que fazemos? 29

DA PERFORMANCE DA QUEDA AO MAPEAMENTO ACESSA MAIS..... 31

OBJETIVOS E METAS DO “MAPEAMENTO ACESSA MAIS” 32

PROTAGONISMO DEF 32

METODOLOGIA	33
CRIAÇÃO DA PLATAFORMA ONLINE.....	33
CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS.....	34
CANAIS ALTERNATIVOS DE CONTATO	35
FORMAÇÃO E PESQUISA:	
Atividades presenciais e online	36
Acessibilidade em trânsito poético	37
Muitos modos de existir.....	38
Por uma dança afro-brasileira anticapacitista	38
Enlagentando a Dança.....	39
Refs DEFs	40
ANCESTRALIDADE DEF: ESPIRALANDO CAMINHOS	40
Qual é o lugar da pessoa negra com deficiência no Brasil?	40
— Marcelo Zig	
A quem interessa a falta de artistas DEFs nos palcos?	
Quem tem medo das artistas com deficiência?	41
— Desiree Helissa Casale	
O artesanato como segmento artístico e o pertencimento de artistas com deficiência.	44
— Ananda Guimarães	
Contribuição de artistas DEFs nas artes visuais brasileiras.....	45
— Fabio Passos	
Zuleikando o audiovisual.	46
— Estela Lapponi	

Deficiência em Tela: Cinema e Memória DEF.	48
— Sara Paoliello	
Compreendendo a relação entre o circo e artistas com deficiência, para a história não se repetir.	49
— Ananda Guimarães (palhaça Neneca)	
A presença e importância de artistas com deficiências no circo.	50
— Andressa Cabral da Costa da Silva	
Cultura popular e pessoas com deficiência: conhecimento, memória e pertencimento.	52
— Ananda Guimarães	
O corpo com deficiência na dança.	53
— Natalia Pinto da Rocha Ribeiro	
Literatura: campo expandido pelas deficiências.	54
— Edu O. e Amanda Soares	
Música DEF na playlist.	56
— Amanda Lyra	
Teatro como espaço de resistência e transformação.	57
— Renata Rezende	
A Construção da Cidadania Cultural das Pessoas com Deficiência no Brasil.	58
— Patrícia Dorneles	
Pessoa com deficiência na gestão cultural.	60
— Aline Zeymer	
Considerando pessoas neurodivergentes.	61
— Paula Gotelip e Cristiane Muñoz	
PARTE 2: CAMINHOS EM CURSO:	63
apresentando resultados	
INTRODUÇÃO	64
PERFIL GERAL	66
Tipo de Deficiência.....	66

Áreas com maiores contagem.....	67
Distribuição Geográfica	67
Número de cadastros por estado	68
Cor ou Raça	70
Identidade de Gênero.....	72
Orientação Sexual	73
Tempo de Atuação	73
Renda Mensal	74
Exclusividade de Trabalho com Arte/Acessibilidade	75
Financiamento Cultural.....	75
Documentação Profissional.....	75
Escolaridade.....	76
Formas de Atuação, Áreas e Funções	76

PERFIL DE ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA..... 77

Tipo de Deficiência.....	77
Áreas de Atuação	77
Tempo de Atuação	78
Renda Mensal	79
Financiamento Cultural.....	79
Documentação Profissional.....	80
Escolaridade.....	81
Formas de Atuação	81

PERFIL DE AGENTES CULTURAIS COM DEFICIÊNCIA 82

Tipo de Deficiência.....	82
Áreas de Atuação	82

Tempo de Atuação	83
Funções mais frequentes	84
Renda Mensal	85
Financiamento Cultural.....	85
Documentação Profissional.....	85
Escolaridade.....	86
Formas de Atuação	86

**PERFIL DE PROFISSIONAIS DE
ACESSIBILIDADE CULTURAL 87**

Tipo de Deficiência.....	87
Áreas de Atuação e Funções de Acessibilidade	88
Tempo de Atuação	89
Renda Mensal	89
Financiamento Cultural.....	90
Documentação Profissional.....	90
Escolaridade.....	90
Formas de Atuação	91

CONCLUSÃO..... 92

MINIBIO DAS PESSOAS AUTORAS 93

REFERÊNCIAS..... 96



APRESENTAÇÃO

Políticas públicas de formação
para garantir o protagonismo
das pessoas com deficiência
nas artes e na cultura

Página de fundo branco com animação de rostos em traços finos azul escuros. No canto esquerdo, coluna vertical com treze bustos. Homens e mulheres com cabelos curtos, longos, ondulados ou espetados e alguns carecas, têm expressões faciais entre sorriso e expressão neutra, incluindo rosto feminino com sorriso largo, as linhas das animações passam sobre outros rostos e traços se cruzam.

O Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura (Sefli), apresenta, com satisfação, o resultado do projeto Mapeamento Acessa Mais. A ação contou com a realização da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e do MinC, e teve como meta o mapeamento de artistas e profissionais com deficiência que atuam em diversas áreas do setor artístico e cultural e profissionais com e sem deficiência que atuam no campo da acessibilidade cultural.

Tivemos uma rica e importante oportunidade de dialogar com a população para a construção - de modo coletivo e participativo - de políticas públicas de formação voltadas para o acesso e para garantir o protagonismo e a visibilidade das pessoas com deficiência nas artes e na cultura. A ação conseguiu mobilizar artistas, pesquisadores/as e docentes com e sem deficiência, e que têm em comum o interesse por pesquisa em Arte e Deficiência, para colaboração na mediação junto à comunidade das pessoas com deficiências, considerando a sua diversidade, para o cadastro no mapeamento.

Gosto de afirmar que a primeira letra das políticas públicas é a letra A, de acesso e de acessibilidade. Quando atuamos nas políticas culturais, estamos falando de acessibilidade cultural, cultura DEF e cultura do acesso, compreendendo as pessoas com deficiência como sujeitas dos processos de criação, produção, circulação, difusão e formação. Ou seja, essas pessoas são artistas, produtoras, gestoras e agentes culturais que já atuam ou que possam vir a atuar no campo das artes e da cultura.

O projeto Mapeamento Acessa Mais, em parceria com a UFBA, foi um passo estratégico trilhado, pois reuniu uma ação de mapeamento de artistas e profissionais com deficiência que atuam no país, além dos profissionais com ou sem deficiência que trabalham com a acessibilidade no meio cultural. Acreditamos que os resultados, conteúdos e produtos que estão sendo entregues com este projeto serão vitais para subsidiar a construção de uma política estruturante de acessibilidade cultural, da cultura do acesso, e Cultura DEF no Sistema MinC.

O Projeto-Ação teve origem em um Termo de Execução Descentralizada (TED) entre o MinC, por meio da Sefli, com a condução da Coordenação de Acessibilidade Cultural (COACC/Sefli), e a UFBA. Agradecemos a parceria com a Universidade e a colaboração das pessoas que responderam aos questionários e estiveram nas atividades propostas. E parabenizamos a equipe do projeto que fez um excelente trabalho, contou com um grupo de 40 pessoas especializadas na área, com e sem deficiência, e teve a condução do professor, doutor e artista DEF Eduardo Oliveira, o Edu O.

Fabiano dos Santos Piúba - Secretário de Formação Artística e Cultural, Livro e Leitura do MinC (SEFLI/MinC)

CULTURA DEF: REPOVOANDO IMAGINÁRIOS NAS ARTES BRASILEIRAS

Edu O. e Marilza Oliveira

A publicação desse relatório celebra um trabalho que reflete um momento histórico para a classe de artistas e agentes culturais com deficiência e profissionais com e sem deficiência que atuam na área da acessibilidade cultural, no Brasil. O Mapeamento Acessa Mais, importante parceria entre o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Formação, Livro e Leitura (SEFLI/MinC) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), responde a uma reivindicação antiga por reconhecimento, valorização e investimento na Cultura DEF.

Além de apresentar os dados coletados entre setembro de 2024 e janeiro de 2025, período em que os formulários do mapeamento estiveram disponíveis, esse relatório afirma também o caráter de pesquisa e de extensão desenvolvidas no âmbito da Escola de Dança da UFBA, sob nossa coordenação.

Acreditamos nessa publicação como fonte de pesquisa, ao atualizar conceitos, recordar nomes importantes para nossa cultura e, através de uma abordagem histórica, refletir sobre a existência e contribuição de pessoas com deficiência para a cultura do país, nas mais diferentes linguagens artísticas e nos diversos períodos. Assim sendo, este material está dividido em duas partes: a primeira apresenta o projeto do Mapeamento Acessa Mais e textos acerca da relação entre arte e pessoas com deficiência; e a segunda parte apresenta os dados e análises dos mapeados.

Dessa escrita, além das pessoas pesquisadoras integrantes do projeto, também participam pessoas convidadas que compartilham seus conhecimentos acerca de Arte, Deficiência e Acessibilidade Cultural. Esse foi um modo que encontramos de, também, mapear pesquisas desenvolvidas no contexto do projeto, bem como as Refs DEFs, ou seja, referências de artistas com deficiência que fazem parte da nossa cultura, mas que, nem sempre, livros e documentos históricos abordam sua deficiência como um marcador importante nas suas vidas e arte.

Os 3.476 cadastros, realizados ao longo de quatro meses, atualizam e mantêm em fluxo o legado deixado por ancestrais DEFs, como Aleijadinho, os(as) artistas circenses desumanizados(as) nos “freak shows” que circularam pelo Brasil até meados do século XX, Anita Malfatti, Cândido Portinari, Tarsila do Amaral, Patativa do Assaré, Cego Aderaldo, Maria Duschenes, Mickaella Dantas, Nelson Ned, Hermeto Pascoal, Sivuca, Mestre Damasceno, Jayme Figura, dentre tantos nomes que fizeram e continuam a fazer nossa ciranda

girar.

O grande número de cadastros, ainda que não dê a real dimensão de quantos(as) somos, levando em consideração toda a complexidade geo-política-territorial do Brasil, confirma o mérito e urgência de um projeto como o Mapeamento Acessa Mais, tanto para a valorização profissional das pessoas com deficiência, quanto para o sentimento de pertença desse grupo no campo da cultura. Demonstra, ainda, a necessidade de continuidade e ampliação do projeto.

Ao adentrar pelas páginas desse relatório, convidamos você, que nos acessa pelas diferentes vias de leitura, quer seja o português com ou sem leitores de tela ou através dos vídeos com tradução em Língua Brasileira de Sinais, a repovoar o seu imaginário, considerando artistas com deficiência e a enorme colaboração que a Cultura DEF presta, há muito tempo, ao nosso país.

CONCEITOS ORIENTADORES DA PESQUISA

Conceitos como: Cultura do Acesso, Capacitismo, Anticapacitismo, Acessibilidade Cultural, Ancestralidade DEF, Cultura DEF, Cultura Surda e Bipedia Compulsória, foram basilares para as pesquisas desenvolvidas no âmbito do Mapeamento Acessa Mais. Assim sendo, iniciamos esse relatório com um glossário, a fim de que as pessoas leitoras compreendam e se familiarizem com termos que encontram ao longo dessa publicação.

A maior parte desses conceitos foi criada por pesquisadores(as) com deficiência. Eles atualizam e aprofundam, no âmbito da cultura, da educação e das políticas públicas, algumas discussões que envolvem as pessoas com deficiência, no contexto contemporâneo. Não se trata de querer substituir, apagar ou renegar termos já, há muito tempo, utilizados nesse campo, e que são, igualmente, resultado de muitos estudos e debates coletivos que nos antecedem.

No entanto, sendo, também, um dos propósitos deste relatório, servir de fonte de pesquisa para auxiliar pessoas gestoras, políticas, artistas ou produtoras a se inserirem nas reflexões mais recentes do campo dos Estudos da Deficiência, apresentamos, a seguir, em ordem alfabética, a definição de alguns dos principais conceitos que respaldam nosso trabalho. Alguns desses textos foram escritos por pessoas pesquisadoras convidadas, com a devida autoria referenciada. Já os textos sem a referência da autoria, foram escritos pelos organizadores deste relatório.

ACESSIBILIDADE CULTURAL

Sandra Rosa

A acessibilidade cultural é a garantia de que as pessoas com deficiência e os grupos elencados na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e demais documentos, exerçam o direito à cidadania e participação social, fruindo e produzindo cultura. Portanto, a acessibilidade cultural é este conjunto multifacetado de tudo que marca a eliminação de toda e qualquer barreira, leia-se da violência física à simbólica, com políticas, medidas e atitudes que produzem qualidades de envolvimento, pertencimento e ação por qualquer pessoa, independente de sua condição. A partir de uma perspectiva multintertransdisciplinar, considera os aspectos sociais, afetivos, estéticos, tecnológicos, entre outros, indispensáveis de serem executados, em todas as acessibilidades, quer sejam arquitetônicas, comunicacionais, tecnológicas, urbanísticas ou outras já elencadas por Sassaki (2009), Alves (2018) e Dornelles (2021), com abertura para a criação de novas.

Por ser direcionada a uma população historicamente excluída e violentada, apresenta desafios necessários de serem enfrentados e vencidos, como mudança de paradigma nas políticas culturais e na sociedade, a partir da responsabilidade coletiva e postura anticapacitista, que prevê, além da produção das acessibilidades em si, a formação profissional, formação de plateia e formação política, visando promover a cultura baseada na diversidade e na equidade, para que todas as pessoas possam exercer seus direitos, em todas as instâncias.

ANCESTRALIDADE DEF

Reverenciamos todas as pessoas com deficiência e todos os seus saberes e vivências que nos antecederam, assim como as que nos mantêm em continuidade no fluxo do tempo. Termos consciência e afirmarmos a nossa existência, desde os primórdios da humanidade, é renegar a injustiça dos nossos apagamentos e exclusões. Ao mesmo tempo, é compreender que a maneira como nos leem, socialmente, hoje, é definida pelo processo histórico no qual as relações se estabeleceram, nas diversas épocas, sobre nossos ancestrais DEFs. O que o corpopessoa com deficiência representa historicamente determina o imaginário social e como as pessoas nos percebem e se comportam conosco neste tempo agora (Carmo, 2023).

BIPEDIA COMPULSÓRIA

Bipedia compulsória é um conceito desenvolvido por Edu O., em sua tese de doutorado (Carmo, 2023), que identifica, no campo da Dança, mas pode ser aplicado ao campo das artes em geral, pensamentos-ações que consideram como única possibilidade, nos ambientes de criação, formação, produção, gestão, curadoria e comunicação, os padrões estabelecidos pelo corpo sem deficiência. Ou seja, a referência de corpo que se tem como verdade absoluta nas artes é o corpo sem deficiência, portanto, o corpo bípede. Nesse sentido, a bipedia não se refere à postura ou modo de andar sobre dois apoios, mas a uma ideia de normatividade que rege a compreensão de arte e se coloca em oposição e negação dos modos de produzir e criar que são próprios de todos os tipos de deficiência.

CAPACITISMO E ANTICAPACITISMO

Anahí Guedes de Mello

O capacitismo é o termo utilizado para designar a discriminação por motivo de deficiência. Trata-se de um sistema de opressão que usa a deficiência como critério para práticas e discursos que julgam a capacidade de uma pessoa com deficiência de “ser e fazer coisas” (Mello, 2016, 2020). Nesse processo, avalia-se se ela é ou não plenamente reconhecida como humana, tendo como parâmetro sua capacidade física, sensorial ou intelectual. Assim, a autonomia da pessoa com deficiência para gerir todos os aspectos da vida civil é colocada como condição para que possa reivindicar uma vida digna. Essa lógica envolve a expectativa de que o corpo seja “capaz” de aprender, trabalhar, estudar, manter relacionamentos, entre outras tarefas consideradas fundamentais para a vida em sociedade. Como indicam Gesser et al. (2020), o capacitismo sustenta um ideal de corponormatividade, que fortalece a manutenção e o aperfeiçoamento do capitalismo como sistema econômico vigente.

O anticapacitismo, por sua vez, não se limita ao enfrentamento das práticas discriminatórias direcionadas às pessoas com deficiência. Ele também problematiza os critérios sociais e culturais que determinam quais corpos são vistos como válidos, aceitáveis ou dignos de cidadania. Ser anticapacitista implica um posicionamento ético e político que busca ampliar os entendimentos de dignidade, diferença e participação social, deslocando o foco da adaptação individual para a transformação das estruturas que produzem exclusões.

Nas artes, o capacitismo se manifesta tanto na forma como corpos DEFs foram historicamente representados quanto nas condições de participação

da pessoa com deficiência nos circuitos culturais e artísticos. A ausência de acessibilidade nos espaços culturais, artísticos e museais, por exemplo, constitui uma expressão do capacitismo institucional. A tradição ocidental recorreu, reiteradamente, a imagens que enquadraram a deficiência sob os signos da piedade, da monstruosidade ou da inspiração, reduzindo a complexidade da experiência da deficiência à função simbólica de reforçar normas estéticas e sociais. Como observa Rosemarie Garland-Thomson (2009), tais representações legitimam um regime estético excludente, no qual o corpo DEF é constantemente marcado como ontologicamente negativo.

Em contrapartida, movimentos contemporâneos de Arte DEF têm reivindicado a centralidade da experiência da deficiência como produtora de estética, política e conhecimento (Siebers, 2010; Kuppers, 2014; Teixeira, 2016). Performances, produções visuais e literárias originadas nesse campo recusam a lógica capacitista do corpo considerado inválido e propõem formas alternativas de presença e expressão. Dessa maneira, a Arte DEF não apenas denuncia o capacitismo estrutural, mas também se constitui em espaço privilegiado para imaginar e fabular (Hartmann, 2022) outros modos de viver e valorizar a existência DEF em sua potência criativa, estética e política.

DEF

DEF é um termo criado pela artista e pesquisadora Carolina Teixeira (2016), que representa não apenas uma abreviação da palavra deficiência, mas adquire proporções políticas e subversivas de reafirmação das pessoas com deficiência em sua cidadania e potencial artístico (Carmo, 2023). Nesta pesquisa e relatório do Mapeamento Acessa Mais, a utilização do termo DEF não pretende identificar uma nova sigla em substituição à PcD, mas reconhece a contribuição das especificidades de cada deficiência nos modos de produzir e criar arte.

CULTURA DEF

Nos últimos anos, artistas e agentes culturais com deficiência passaram a compreender que as diversas deficiências produzem, em si, saberes, metodologias, estéticas e formas de se comunicar próprias, o que tem sido reconhecido como Cultura DEF. O objetivo não é criar mais um nicho ou uma nomenclatura que pode segregar, aos moldes do que se convencionou chamar de arte inclusiva. Pelo contrário, requer a consideração dessas especificidades como produção de conhecimento no campo da arte e da cultura, assim como a Cultura Hip Hop, Cultura indígena, Cultura negra, Cultura Cigana, para citar alguns exemplos.

Esse debate surge a fim de conscientizar, sobretudo pessoas produtoras, gestoras, curadoras, programadoras, analistas de projetos a respeitarem as especificidades nas produções artísticas e culturais, sem ter como único parâmetro a bipedia compulsória (Carmo, 2023) ou o corpo sem deficiência.

CULTURA DO ACESSO

Anahí Guedes de Mello e Olivia von der Weid

Nos últimos anos, o debate sobre acesso e acessibilidade – conceitos que não são sinônimos (Freitas, 2023) – vêm se ampliando com a ideia de cultura do acesso, especialmente nos espaços culturais e artísticos da Arte Def. Artistas com deficiência partem da percepção de que “para que a acessibilidade cultural seja garantida para nós, pessoas com deficiência, é preciso promover uma cultura do acesso.” No entanto, a cultura do acesso transcende a acessibilidade cultural, ou a acessibilidade à cultura em si, haja vista a necessidade de representar uma mudança de paradigma, que busca internalizar o acesso como uma prática coletiva, ética, política e cultural. Uma cultura do acesso significa tornar certas práticas sociais tão intrínsecas que se tornam inquestionáveis, integrando-se à própria organização da vida coletiva.

No campo dos estudos da deficiência, destaca-se a ideia de que o acesso é uma responsabilidade coletiva. Tanya Titchkosky (2011) argumenta que o acesso deixa de ser apenas uma solução técnica ou legal e passa a ser uma prática cultural de pertencimento social. No mesmo ano, Mia Mingus (2011) apresenta a ideia de intimidade de acesso, enfatizando o caráter relacional e afetivo do acesso como parte da experiência diária de pessoas com e sem deficiência. Posteriormente, Alison Kafer (2013) aprofunda a discussão, ligando o acesso às lutas feministas e LGBTQIAPN+, entendendo-o como uma questão de justiça social para todos. Por fim, Aimi Hamraie (2017) aborda o design universal como parte de uma política cultural do acesso, mudando o foco da acessibilidade de uma dimensão técnica para um projeto político e ético.

A partir dessa tessitura de significados, sugerimos uma definição ampliada: cultura do acesso é a materialização das práticas de acesso a algo - por vezes através da mediação, dimensão relacional do acesso -, permitindo que todos participem plenamente nas diversas áreas da vida em sociedade. A cultura do acesso é, assim, proposta como um princípio anticapacitista que, quando internalizado, expande a acessibilidade para além de dispositivos técnicos, reconfigurando condições de convivência e participação para todas as pessoas. A noção de cultura do acesso se

diferencia, dessa maneira, da proposta de integrar sujeitos em espaços previamente definidos. Trata-se, antes, de transformar continuamente os próprios espaços, seus parâmetros e relações.

Isso significa naturalizar o acesso, transformando a acessibilidade em parte constitutiva das relações sociais, em oposição a perspectivas individualistas que a limitam a adaptações técnicas voltadas apenas a pessoas com deficiência. Trata-se de adotar o ethos da acessibilidade, que transforma o acesso em prática política, ética e cultural, alinhada aos princípios da justiça social. Nessa perspectiva, a acessibilidade não é entendida como ajuste, e sim como processo contínuo e aberto que promove transformações institucionais, sociais e simbólicas mais amplas. O acesso pode ser pensado como um espaço coletivo e permanente de redefinição das fronteiras entre corpos e ambientes. A cultura do acesso não deve, portanto, ser encarada apenas como uma dimensão setorial, mas como uma chave para repensar a acessibilidade em todas as dimensões da vida social, como um processo de reinvenção de práticas e ambientes em correspondência com modos múltiplos de existência corporal.

CULTURA SURDA

Valdo Ribeiro Resende da Nóbrega

A Cultura Surda é o conjunto de valores, crenças, tradições, manifestações artísticas e formas de vida construídas e compartilhadas por pessoas surdas que têm como o seu pilar a Língua de Sinais; no caso do Brasil, a Libras, que é reconhecida por meio da lei nº 10.436/2002, uma língua visual e espacial que permite a comunicação complexa e a plena expressão de diversas identidades e a coesão social dentro da Comunidade Surda, que luta pelo reconhecimento de sua língua, de sua história e de seu modo singular de estar no país.



PARTE 1

ABERTURA DE CAMINHOS

QUEM SOMOS?

ONDE ESTAMOS?

O QUE FAZEMOS?

Página com fundo amarelo escuro. À esquerda, coluna vertical de rostos humanos em linhas finas azul escuras. Organizados em pares, totalizando doze figuras que se sobrepõem parcialmente. Homens e mulheres com cabelos curtos, longos, ondulados, crespos, espetados e pessoa careca. Alguns usam óculos ou têm barba e têm expressões entre sorriso e expressão neutra. À direita: “Parte 1”, “Abertura de Caminhos”, “Quem somos?”, “Onde estamos?”, “O que fazemos?”.

Desde os primórdios da humanidade, das pinturas rupestres às representações nas artes egípcia, grega e de outras civilizações, há registros que comprovam a existência de pessoas com deficiência. Relevantes pesquisas, como as de Otto Marques da Silva (1981), em contexto global, assim como de Emílio Figueira (2021) e Lilian Ferreira Lobo (2008), em contexto nacional, dentre outras, atestam a importante participação de pessoas com deficiência em diversas áreas do conhecimento e na construção do nosso país.

Não poderia ser diferente no campo da cultura e da arte, embora os estigmas e apagamento histórico das suas produções, nessas áreas, ainda se mantenham até os dias atuais. No Brasil, a escassez de fontes que identifiquem e reconheçam artistas com deficiência atuantes nas diversas linguagens artísticas, demonstra a negligência com parte da nossa história. Os meios de comunicação e os ambientes da cultura e da arte servem ainda como tecnologias capacitistas que mantêm e reforçam estereótipos e exclusões em relação a essa parcela da população.

A partir do final da década de 1970, no Brasil, o movimento das pessoas com deficiência tem reivindicado direitos básicos, como acessibilidade, transporte público, educação, trabalho, lazer, saúde e cultura (Lana Júnior, 2010). Também, não é recente a mobilização de artistas e agentes culturais com deficiência pelo reconhecimento e valorização inegável de suas contribuições para a cultura brasileira.

No campo cultural, mais precisamente, a contar da segunda gestão do Presidente Lula, houve ampliação do conceito de cultura e maior aproximação com a sociedade civil por parte do Ministério da Cultura, sob o comando do Ministro Gilberto Gil. Nesse período, buscou-se a formulação e implementação de políticas públicas que estimulassem ações de promoção da diversidade e atendessem demandas de setores específicos, a exemplo das pessoas com deficiência.

Chegando em 2023, dentre avanços, retrocessos e desmontes enfrentados pelo setor cultural brasileiro, surge a centelha do projeto Mapeamento Acessa Mais, realizado a partir de março de 2024, para responder às reivindicações históricas, mostrando-se um relevante projeto para o reconhecimento e valorização da produção de artistas e agentes culturais com deficiência e de profissionais com e sem deficiência que atuam no campo da acessibilidade cultural, atestando também a importância dessa área na garantia dos direitos, não apenas de fruição, mas também da atuação profissional desse segmento da sociedade.

DA PERFORMANCE DA QUEDA AO MAPEAMENTO ACESSA MAIS

No mês de maio de 2023, em ocasião do lançamento da Lei Paulo Gustavo (LPG), realizado pelo MinC, em parceria com a UFBA e a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SECULT-BA), ocorreu um grande evento de abertura, com espetáculo apresentado na Concha Acústica do Teatro Castro Alves, em Salvador.

O artista DEF, pesquisador e professor Edu O. havia sido convidado pela Pró-reitoria de extensão da UFBA a participar de uma mesa do Seminário da Lei Paulo Gustavo, que discutira a acessibilidade na referida Lei. No entanto, ao observar o evento de lançamento, percebeu a ausência de artistas e profissionais com deficiência, em meio a um cenário que celebrava a diversidade cultural e destacava a importante contribuição de representantes de outros marcadores sociais, sem menção ou participação de artistas com deficiência. Ademais, a falta de cuidado com os recursos de acessibilidade também chamava atenção.

No momento de sua participação no seminário, Edu O. convidou Elinilson Soares, artista e ativista surdo, a participar de uma performance-manifesto pelo corredor central da Reitoria da UFBA, requerendo o reconhecimento da produção de artistas com deficiência para a cultura brasileira e a participação destes em eventos oficiais. Porém, no meio do caminho havia (sempre há) a inacessibilidade. Uma rampa íngreme impulsionou a cadeira de rodas para trás, derrubando Edu e sangrando sua cabeça. A performance continuou com um discurso de revolta, acompanhado por outras pessoas artistas com deficiência que estavam na plateia, a exemplo da atriz e ativista Cristina Gonçalves.

A partir dali algumas mobilizações aconteceram por parte da FUNARTE (Fundação Nacional das Artes), que criou um GT de Acessibilidade, com participação efetiva de pessoas com deficiência, e a SEFLI propôs o Mapeamento ACESSA MAIS.

A identificação de artistas e agentes culturais com deficiência e profissionais da acessibilidade cultural desponta como uma das mais importantes políticas culturais incrementadas nos últimos anos. Ao visibilizar e mapear essas pessoas, o projeto também anseia que elas possam ser reconhecidas, apoiadas e inseridas de forma ativa na produção e na fruição cultural brasileira.

Dessa forma, o Mapeamento ACESSA MAIS pode contribuir para a elaboração e efetivação de políticas públicas culturais voltadas para o segmento das pessoas com deficiência, promovendo transformações de

modo a tornar o campo cultural mais representativo e acessível, no nosso país.

OBJETIVOS E METAS DO “MAPEAMENTO ACESSA MAIS”

O Mapeamento Acessa Mais é uma parceria entre a Secretaria de Formação, Livro e Leitura do Ministério da Cultura (SEFLI/MinC) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), via Termo de Execução Descentralizada (TED), visando mapear, em todo o território brasileiro:

Artistas com deficiência que atuam com artes visuais, audiovisual, circo, cultura popular, dança, literatura, música, performance e teatro ou que produzem artesanato;

Agentes culturais com deficiência que trabalham com produção, curadoria, gestão, iluminação, cenografia, trilha sonora, figurino, operação de som e luz, montagem cênica, montagem e edição audiovisual, editoração de livros, entre outros.

Profissionais com e sem deficiência que atuam na área da acessibilidade cultural, como audiodescrição, tradução de Libras, legendagem, consultoria em acessibilidade, mediação cultural, entre outros.

Entre suas metas, o projeto previa, também, ações de formação para o público, estabelecendo diálogos com artistas e pesquisadores(as) especialistas na relação entre Arte e Deficiência.

PROTAGONISMO DEF

A concepção do Mapeamento Acessa Mais esteve intrinsecamente relacionada a valores, conceitos e perspectivas que privilegiam o protagonismo das pessoas com deficiência enquanto sujeitos políticos. Nesse sentido, foi priorizada a participação das pessoas com deficiência em todas as etapas e processos do mapeamento, sendo organizada uma equipe de trabalho que contou, em média, com 40 pessoas com e sem deficiência, entre equipe regular de trabalho e pessoas voluntárias com atuação pontual, realizando funções em coordenação, pesquisa, acessibilidade, produção, tecnologia e comunicação. A equipe de trabalho está listada na página (confirmar ao final da diagramação) dessa publicação.

METODOLOGIA

A fim de desenvolvermos as estratégias metodológicas para a produção, difusão e avaliação de todas as etapas do Mapeamento Acessa Mais, foram realizadas, ao longo de 10 meses, reuniões com pesquisadores(as) visitantes e voluntários(as), encontros presenciais e virtuais com equipe de acessibilidade e tecnologia, além das aulas semanais com estudantes bolsistas de graduação da UFBA.

Promovemos, ainda, via Plataforma Google Meet, encontro com a Profa. Dra. Beth Rangel (Escola de Dança da UFBA) e com a equipe do “Mapeamento de agentes culturais com deficiência de Campinas”, que nos auxiliaram a identificar possíveis caminhos para a elaboração da metodologia a ser aplicada no nosso projeto.

Entre março e setembro de 2024, nos dedicamos à criação da plataforma acessível, assim como à compreensão dos conceitos que nos atualizassem acerca de Deficiência, Arte e Acessibilidade Cultural, colaborando, assim, para a elaboração dos formulários do mapeamento. Seria importante compreendermos quem era o público contemplado pelo mapeamento, na interseccionalidade com questões de raça, gênero, sexualidade, territorialidade, formação, atuação profissional e condições econômicas. Assim, conseguiríamos mapear, tanto o que já se realiza no campo da Cultura DEF e quem a produz, quanto as lacunas existentes nos variados contextos.

De setembro de 2024 a janeiro de 2025, foram disponibilizados três formulários, um para cada categoria mapeada (artistas e agentes culturais com deficiência e profissionais da acessibilidade cultural com e sem deficiência) de modo a identificar nos dados coletados: QUEM SÃO? ONDE ESTÃO? e O QUE FAZEM? as pessoas cadastradas.

A última etapa consistiu na coleta e análise dos dados cadastrados e na escrita e produção do relatório final.

CRIAÇÃO DA PLATAFORMA ONLINE

Para os cadastros no mapeamento, foi necessária a criação de uma plataforma online específica, uma vez que as plataformas disponíveis no mercado não cumprem, de modo satisfatório, diante da amplitude de público do projeto, as diretrizes globais de acessibilidade. Amanda Lyra, pesquisadora do Mapeamento Acessa Mais e coordenadora da equipe de tecnologia, explica sobre a criação da plataforma acessível:

A plataforma online que recebeu os formulários foi desenvolvida com

base nas diretrizes globais de acessibilidade digital, respeitando Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo da Web - WCAG (Web Content Accessibility Guidelines) e as normas técnicas da NBR17225. Além da avaliação técnica da plataforma do mapeamento, foram realizadas validações humanas para garantir o acesso de todos os públicos.

A fase de planejamento definiu requisitos de acessibilidade, funcionalidades essenciais e a estrutura geral do site. Logo no design, foi priorizada uma usabilidade limpa, com alto contraste, tipografia legível e navegação intuitiva.

Durante o desenvolvimento, a equipe utilizou HTML semântico, CSS responsivo e JavaScript progressivo, além de testes contínuos. O código utiliza elementos semânticos (cabeçalhos, listas, botões e links), permitindo navegação clara por pessoas com deficiência.

Todo o site era acessível por teclado, favorecendo usuários com deficiência física ou limitações motoras. As cores e a tipografia foram cuidadosamente escolhidas para garantir alto contraste e legibilidade, e todas as imagens possuíam descrições textuais (texto alternativo).

Esses cuidados foram complementados por recursos de apoio: teclas de atalho para navegação, compatibilidade com leitores de tela, legendas e transcrições para conteúdos audiovisuais, além de um plugin de acessibilidade que adiciona funcionalidades sem interferir na navegação nativa do site.

CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS

A criação do site contou com consultoria integral de profissionais com diversas deficiências, buscando observar as especificidades dentro de um mesmo grupo, ou seja, várias pessoas com deficiência auditiva, visual, neurodivergência etc. Desse modo, contamos com consultoria multirreferencializada para todas as etapas: planejamento, design, testes e implementação, garantindo que a solução não fosse apenas tecnicamente acessível, mas também funcional e centrada nas necessidades reais do público. A presença de consultores e consultoras com deficiência reforça o princípio “nada sobre nós sem nós”, assegurando legitimidade e representatividade durante todo o processo

As pesquisadoras e consultoras voluntárias Paula Gotelip e Cristiane Muñoz contribuíram de modo a contemplar a participação de pessoas neurodivergentes. Para elas, esse trabalho

Visou colaborar na elaboração de estratégias de participação de

peças e artistas não normativas, atuando na construção da plataforma do mapeamento e no desenho acessível tanto do site quanto dos formulários de inscrição. A concepção do site não se limitou ao cumprimento de exigências técnicas de acessibilidade digital, mas foi entendida como parte de uma política de cuidado. Buscamos assegurar escolhas que favorecessem conforto e permanência do leitor, visando minimizar o desconforto sensorial. As estratégias podem ser apontadas como:

- tipografia legível;
- contrastes de cor equilibrados;
- ajustes de brilho e espaçamento adequados;
- leitura que evite dispersão ou exaustão sensorial.

Como dito anteriormente, esse cuidado também se estendeu aos processos de inscrição e participação. Os formulários foram construídos em linguagem simples e acessível; além deles, foram criados canais alternativos de contato, garantindo que diferentes pessoas pudessem se inscrever e participar. Entendemos que, em um país tão diverso, padronizar significa excluir; por isso, a diversidade de meios de comunicação foi central para o sucesso do Mapeamento.

CANAIS ALTERNATIVOS DE CONTATO

Mesmo que a plataforma criada para o mapeamento atendesse, de modo significativo e abrangente, grande parte do público com deficiência, sabemos também da impossibilidade de uma acessibilidade universal. Em certa medida, em razão das especificidades de algumas deficiências, uma plataforma digital, mesmo que atendesse a todas as diretrizes e normas de acessibilidade, poderia ser falha para algumas pessoas. Por isso, criamos uma central de atendimento em português e Libras, via e-mail, Whatsapp e Google Meet, para tirar dúvidas, dar suporte técnico e acompanhamento para preenchimento dos formulários de cadastro.

Durante os quatro meses em que o cadastramento no Mapeamento Acessa Mais esteve disponível, houve 11 (onze) agendamentos para auxílio de pessoas com deficiência visual, auditiva, intelectual e física. Acreditamos que a baixa procura, em relação ao número geral de cadastros, confirma a eficácia da acessibilidade da plataforma criada especificamente para o projeto.

Com o objetivo de ampliar a capilaridade na distribuição dos formulários, cada pesquisador(a) visitante ficou responsável por realizar um levantamento em sua região e apresentar a proposta do Mapeamento Acessa Mais para

associações, institutos, escolas e universidades, para contribuírem com a divulgação entre seus grupos e publicações em suas redes sociais.

FORMAÇÃO E PESQUISA: ATIVIDADES PRESENCIAIS E ONLINE

Estavam previstas, ainda, ações de formação, a fim de mobilizar o público e estabelecer diálogos com artistas e pesquisadores(as) de Macapá/AP e Salvador/BA, especialistas na relação entre Arte e Deficiência.

O evento do Amapá ocorreu em abril de 2024, dentro da programação do I Norte de Arte Acessível: Ciclo de Formação em Acessibilidade Cultural na Educação Básica, promovido pela UFAP, UEAP e IFAP. Nessa ocasião, realizamos uma mesa de lançamento nacional do projeto Mapeamento Acessa Mais, com a participação do coordenador Edu O. e do pesquisador Fabio Passos, que foi mediador de um bate-papo com Aline Zeymer, Rafael Maximiliano (representantes da SEFLI) e Laís Santos de Almeida (GT de Acessibilidade da FUNARTE). Durante os três dias de evento, a equipe do Mapeamento deu continuidade às ações de formação com palestras, oficinas e apresentações artísticas.

Participaram dessas atividades componentes das equipes de coordenação, pesquisa, produção e acessibilidade: Edu O., Fabio Passos, Natalia Rocha, Elinilson Soares, Nei Lima e Cintia Santos.

Em Salvador, as atividades de formação coincidiram com o lançamento da plataforma online para o cadastramento no Mapeamento Acessa Mais. Essas ações aconteceram entre os dias 13 e 15 de setembro de 2024, com palestras, oficinas, apresentações artísticas, mostra de filmes, produzidos e protagonizados por artistas com deficiência, e o Slam Mãos Axé, coordenado por Elinilson Soares e Lucas Sol.

Estiveram envolvidas com essas atividades as pessoas coordenadoras, bolsistas de graduação, equipe de produção, pesquisadoras voluntárias e artistas convidados(as).

Durante o evento de lançamento, realizado no Teatro Experimental da Escola de Dança da UFBA, contamos com as apresentações de Carol Guedes (Circo), Elinilson Soares (Dança), Marcelo Zig (Performance) e do bloco afro Malê DeBalê (Cultura Popular), primeiro a criar uma ala de pessoas com deficiência no seu desfile de carnaval.

Nos dias seguintes, a programação se estendeu até o Espaço Xisto Bahia, que tem como gestora Ninfa Cunha, importante nome para a Cultura DEF na Bahia. Dessa maneira, contemplávamos também a categoria de

Agentes Culturais com Deficiência, além de todas as linguagens artísticas mapeadas no projeto.

Nesse espaço, realizamos a Mostra Cine Poética DEF, sob curadoria de Estela Lapponi e com projeção dos curtas: Por Linhas (Natalia Rocha), Lapso (Caroline Cavalcanti), Da janela, quem é a namoradeira? (Ademar Alves Jr) e La Hemi (Ila Giroto e Estela Lapponi).

Para ampliar a abrangência e promover um maior engajamento de público no cadastramento do Mapeamento Acessa Mais, foram estabelecidas parcerias com diversas instituições e pessoas pesquisadoras, para a realização de eventos presenciais e online em Manaus, Teresina, Florianópolis, Rio de Janeiro, Santa Maria, Campo Grande e Recife.

Considerando o ambiente virtual como ferramenta possível para a difusão de conhecimentos, criamos uma página no Instagram (@mapeamentoacessamais) que se mostrou um importante canal, não apenas para a divulgação do projeto, mas para o compartilhamento dos principais assuntos debatidos no âmbito do projeto. Nessa página, apresentamos – em colaboração com a página do MinC - os conceitos orientadores da pesquisa, identificamos referências artísticas e promovemos bate-papos com artistas e pesquisadoras das diversas linguagens artísticas e da acessibilidade cultural, a fim de refletirmos acerca da realidade desses(as) profissionais no contexto brasileiro.

Acessibilidade em trânsito poético

Os encontros semanais com as pessoas discentes bolsistas de graduação da UFBA aconteceram nas aulas do componente curricular ACCS Acessibilidade em Trânsito Poético, junto a outros estudantes oriundos de diversos cursos da Universidade. A turma contava com uma média de 30 matrículas, dentre as quais pessoas com deficiência visual, deficiência física, surdas, neurodivergentes e pessoas sem deficiência.

As aulas ministradas pelos professores Edu O. e Marilza Oliveira (coordenadores do projeto) foram fundamentais para o aprendizado teórico-prático, proporcionando reflexões profundas sobre acessibilidade cultural e a perspectiva DEF na arte. Essas experiências foram especialmente marcantes, pois sinalizaram a importância de trazer vivências pessoais para o campo da produção cultural, destacando a necessidade de práticas anticapacitistas em todos os níveis da criação e da comunicação. Os encontros representaram uma oportunidade de desconstruir e ressignificar padrões estéticos normativos, incorporando novas perspectivas ao desenvolvimento de ações artístico-culturais.

Muitos modos de existir

Em 2024, foi deflagrada uma greve de servidores técnicos e docentes de diversas Instituições Federais de Ensino (IFEs), finalizada no mês de junho, após 70 dias. Durante este período, aconteciam as reuniões virtuais com as pessoas bolsistas da graduação. Porém, o primeiro encontro presencial, pós-greve docente, marcou uma retomada importante. Nesse dia, as pessoas discentes foram desafiadas a desconstruir suas concepções sobre cultura. O exercício foi simbólico e revelador: a construção de uma parede feita de papéis rasgados, que traziam palavras-chave, desenhos e expressões relacionados à Cultura DEF. A parede não era apenas uma instalação física, mas um espaço de reflexão e ressignificação.

Cada pedaço de papel rasgado representava fragmentos de pensamentos e sentimentos sobre a cultura e as pessoas com deficiência. A reflexão sobre Cultura DEF foi importante por também destacar o conceito que, além de ter sido compartilhado, foi aprofundado ao longo do mapeamento.

Na construção dessa parede, um ponto importante foi relacionado à colagem dos papéis em uma altura pensada para pessoas normativas, o que limitava as pessoas estudantes a uma visão que não considerava a diversidade de corpos e necessidades, mas provocava que pensassem fora da bipedia compulsória. O exercício de colar papéis mais abaixo tentou provocar a atenção e consciência para que agissem fora dos padrões e considerassem pessoas com nanismo, cadeirantes, crianças ou fora da estatura padrão determinante. Lembramos, com isso, da necessidade de ambientes culturais como galerias e museus, preocuparem-se com suas expografias que, na maioria das vezes, são elaboradas para o corpo normativo.

Por uma dança afro-brasileira anticapacitista

Diante das inúmeras especificidades corporais da turma, a vivência com a dança afro-brasileira e a música percussiva ao vivo foi uma das atividades mais desafiadoras. Reconhecer que em sua organização, muito das danças europeias está presente na dança afro-brasileira, fez com que a professora Marilza Oliveira, pesquisadora dessa estética, ressignificasse sua capacidade perceptiva, reelaborando o seu entendimento sobre o tema, reformulando, assim, a sua aplicação, no sentido de redefinir a forma como estruturava e partilhava seus conhecimentos, contemplando, dessa forma, os corpos das pessoas com deficiência em suas práticas artísticas.

Compreender a importância dessas pessoas, pensando na colaboração

artístico-criativa nos processos de ensino-aprendizagem, fez com que a professora elaborasse atividades que realmente efetivassem a participação desse público que, em sala de aula, se afirmava, realmente, diverso.

Todos os encontros contaram com tradução em Libras e foram desenvolvidos com estudos que contemplaram os ritmos percussivos, compartilhamento de células de movimento, exercícios de deslocamento espacial, lateralidade, pesquisa de movimento, improvisação dirigida, o que muito contribuiu para que o aprendizado se tornasse recíproco.

Certamente, essa experiência se configurou como uma mudança de paradigma para a professora Marilza que, embora já tivesse experiência com pessoas com deficiência, a partir de então, pôde mudar a maneira como elaborava e ministrava suas aulas de dança afro-brasileira. A apresentação da noção CorpOrixá, por ela proposta, mediante esse processo de descobertas e transformações, foi presenteada com a potência de corpos que preveem, na contemporaneidade, modos criativos e insurgentes de movências.

Enlagartando a dança

Dentre as experiências vividas, destacamos o exercício de locomoção inspirado na lagarta, nomeado por Edu O. como “Enlagartar a Dança”, baseado no seu espetáculo Judite quer chorar, mas não consegue!, que motivou a exploração de formas variadas de movências corporais e deslocamentos no espaço. Desafiou-se a ruptura com as movimentações convencionais padronizadas, recorrentemente trazidas na dança, possibilitando a exploração de outras formas de mobilidade e a adaptação do corpo a novas maneiras de deslocamento. O exercício não era apenas sobre copiar o movimento de uma lagarta, mas sobre sentir e entender o corpo de outra maneira, principalmente, sem a imposição da verticalidade ou da postura ereta. Assim, como uma lagarta subindo numa árvore e passando por sua transformação, estivemos nesse processo de metamorfose.

REFs DEFs

Aconteceram reuniões geradoras de indagações acerca das possíveis referências DEFs de cada integrante do ACCs. Foi proposta, então, uma atividade para que cada estudante compartilhasse sobre artistas com deficiência com que se identificava ou admirava. Esse compartilhamento permitiu ao coletivo conhecer/ampliar seu repertório pessoal e refletir acerca de como suas obras e ações influenciavam na forma como entendiam arte e cultura. Para além das suas memórias, foi estimulado que as pessoas bolsistas fizessem uma vasta pesquisa e apresentassem um levantamento

de nomes de artistas com deficiência nas diversas linguagens e em diversos períodos históricos.

Na página do Instagram, com a série de publicações intitulada “Onde estão?”, também houve uma grande mobilização para identificação de artistas e agentes culturais com deficiência e profissionais da acessibilidade cultural. Como estratégia de comunicação, pessoas da equipe e convidadas fizeram vídeos revelando quais eram suas Refs DEFs.

Através da pesquisa realizada pelas pessoas discentes e pelas interações na página do Mapeamento, estabelecemos nossos primeiros contatos com artistas e agentes culturais com deficiência, com profissionais da área de acessibilidade cultural, e foi possível, ainda, reconhecer o legado de gerações anteriores.

ANCESTRALIDADE DEF: ESPIRALANDO CAMINHOS

A seguir, apresentamos textos escritos por pesquisadores(as) acerca das histórias e memórias que permeiam o universo artístico em seus mais diferentes campos e o quanto a ancestralidade DEF está presente de forma atemporal nesses processos de existir das pessoas com deficiência.

QUAL É O LUGAR DA PESSOA NEGRA COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL?

Marcelo Zig

Segundo o Censo de 2022 do IBGE, a maioria da população de pessoas com deficiência no país é formada por pessoas negras. Mas, quem são essas pessoas?

A experiência dos povos africanos, no Brasil escravocrata, foi marcada pela objetificação dos corpos negros e pelo investimento no apagamento das memórias e raízes desses povos. Como saber se pessoas negras com deficiência foram sequestradas e traficadas da África e escravizadas no Brasil? Qual é a história não contada das pessoas negras com deficiência?

A África conta que no Egito Antigo existiam faraós com deficiência, como o célebre Tutancâmon. A ciência recuperou documentos desse período que indicavam o convívio respeitoso e participativo da pessoa com deficiência na sociedade egípcia. A África, ainda, registra a construção do grande Império do Mali sob a liderança de Sundiata Keita, uma pessoa com deficiência.

E, na história contemporânea, a África destaca a atuação de pessoas

com deficiência na luta contra o apartheid e o ineditismo dos ativistas William Rowland e Phindi Mavuso ao registrarem, pela primeira vez na história, o lema “Nada Sobre Nós, Sem Nós”, durante o Congresso realizado na África do Sul no ano de 1986.

No Brasil, a maioria da população de pessoas com deficiência não é formada por aquelas que nasceram com deficiência, e sim pelas que se tornaram pessoas com deficiência, a partir de violências, doenças e acidentes.

Parece óbvio que as violações dos direitos humanos promovem a transição da pessoa sem deficiência para a experiência de pessoa com deficiência, e registros como o Holocausto Brasileiro, ocorrido no Hospital Colônia de Barbacena, em Minas Gerais, comprovam isso.

Entretanto, não podemos aceitar a narrativa de dor e sofrimento como a única possível para a pessoa negra com deficiência no Brasil.

Por que não referenciar Aleijadinho, tido por muitos como o maior escultor brasileiro? Por que não referenciar Candeia, um dos maiores sambistas da história do país?

Se foi possível esquecermos dessas pessoas negras com deficiência, como lembraríamos se Zumbi dos Palmares ou Maria Felipa tivessem nascido ou se tornado pessoas negras com deficiência, diante das violências que atravessaram as suas trajetórias?

A QUEM INTERESSA A FALTA DE ARTISTAS DEFS NOS PALCOS? QUEM TEM MEDO DAS ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA?

Desiree Helissa Casale

A luta contra o apagamento das pessoas com deficiência nas artes atravessa séculos. Desde a demonização de corpos DEFS, às mortes nos navios de tolos, eugenia, Aktion T4, até os bobos da corte, gabinetes de curiosidades, freak shows e circos. Nos palcos, artistas com deficiência viviam em um espaço ambíguo de pertencimento, sobrevivência e exploração, carregado de estigmas do modelo médico que aproximava deficiência de doença, horror e escárnio. Ainda assim, nesses ambientes, muitos artistas com deficiência aprenderam a criar e sobreviver junto a outras pessoas dissidentes, apesar da sua objetificação e exotização.

Os palcos, o cinema e a cultura pop se relacionam e influenciam diretamente a disseminação de culturas e preconceitos. É no palco que o corpo DEF vem pra jogo de modo mais vulnerável. Também nos palcos, é

que surgiram as primeiras oportunidades de sustento, em meio a violências.

A história revela como o capacitismo estrutural apagou artistas com deficiência. Esse processo se evidencia na normalização da **cripface**, com atores sem deficiência representando personagens com deficiência, de forma estigmatizada.

O Brasil enfrentou um longo período de ditadura, que foi uma geradora de DEFs e também apagou muitas possibilidades de artistas com deficiência. Antes dos anos 1990, havia poucos registros de atores e atrizes com deficiência. Nos palcos e na TV, personagens com deficiência eram retratados via cripface, e o acesso, tanto como público quanto como artista, era limitado.

Os atores, atrizes, performers artistas DEF de hoje cresceram com baixas possibilidades de trabalho e com acesso a repertório criativo restrito. - Se não posso ir ao teatro, como saber se essa será uma possibilidade de vida, de trabalho, pesquisa, desejo, de futuro? E mesmo desobedientes, os artistas DEF resistiram e resistem.

A presença de artistas com deficiência em telas, palcos, performances só se torna mais perceptível a partir dos anos 1990-2000. Entre os pioneiros, em 1993 temos registros de: Grupo Teatral Luzes, no Instituto Sul-Mato-Grossense para Cegos; Florivaldo Vargas, em Campo Grande-MS, com atores e atrizes com deficiência visual. Em 2006, com egressos do Instituto São Rafael, o grupo de teatro Nós Cegos dá seguimento a essa construção do protagonismo da arte defixa.

Nas telas, temos os homens com deficiência como os primeiros a ocuparem esse espaço, com destaque para nomes como Luiz Felipe Badin (Mapa da Mina, 1993) e Flávio Silvino (Laços de Família, 2000), seguidos, então, por Joana Mocarze (Páginas da Vida, 2006), Tábata Contri (2003), e Tânia Granussi, a primeira mulher trans defixa a estar nas telas, com o filme Febre do Rato (2011).

Adiante pudemos ter contato com os trabalhos de Danieli Haloten, Juliana Caldas, Camila Alves, Samanta Quadrado, Pedro Fernandes, Haonê Thinar, Giovanni Venturini, Jéssica Teixeira, Ariadne Antico, Manoela Back, Glauce Teixeira, entre outros.

Hoje, esses artistas não apenas atuam, mas além de terem sido formados sem a possibilidade de se verem como as suas nos palcos, hoje retomam o direito a contar sobre a própria identidade DEF. Essa retomada marca também o quanto a sociedade como um todo tem perdido, ao não ter contato com a poética de artistas defixas e suas possibilidades criativas e estéticas.

O coletivo Dissidência Def., de São Paulo (antigo Comédia Sentada), nasceu combatendo o capacitismo recreativo e o escárnio, heranças vindas de tempos em que a vivência def. habitava as cortes como bobos, tal qual em circos. Hoje, o Dissidência Def. reúne artistas de diversas linguagens. Entre seus integrantes está o palhaço Amnésio, criado por Luan Luando, que usa o riso para refletir sobre o esquecimento histórico de pessoas com deficiência e suas interseccionalidades.

Na pesquisa acadêmica da professora Ann Millet Gallant (Universidade da Carolina do Norte, Greensboro), percebemos como nas artes e fora delas as corpos com deficiência. recebem o chamado “olhar fixo”, muitas vezes condescendente, voyeurístico ou temeroso. Quem tem medo das DEFs? Essa é mais uma das barreiras que, com habilidades poéticas, artistas deficiências seguem driblando. Ann chama atenção que é na arte DEF que surgem as possibilidades desse olhar ser ressignificado artisticamente. Inclusive, refletindo sobre esse olhar invasivo, em 2014, produzi uma série fotográfica *Você não está só passando*, em um exercício de devolver o constrangimento ao mirar de volta os passantes com uma câmera em via pública — devolver o incômodo dos olhares e registrá-los, enquanto denuncio: vocês não estão só passando. Na vivência DEF, o que historicamente nos rumou para as artes foi a sobrevivência; hoje, há poéticas que só as corpos DEFs podem desenvolver, para trazer à tona vivências que só quem vive poderia expressar.

A artista irlandesa Mary Duffy, com ausência dos membros superiores produziu, entre 1980-1990, performances e fotografias que questionavam padrões de beleza e o olhar fixo sobre seu corpo, como na foto-performance de 1995, inspirada na Vênus de Milo. Em São Paulo, desde 2015, Paloma Barbosa, sob o nome “partes”, representa princesas e heroínas com deficiência, criticando a falta de representatividade. No livro *O Incluso* (2020), Paulo Fabião propõe imaginar um mundo em que apenas 5% da população é andante, refletindo sobre desigualdades persistentes. Todos esses trabalhos trazem, por meio da possibilidade de imaginação, formas de reagir ao apagamento DEF e retomar nossa história.

O Mapeamento ACESSA Mais evidencia a presença de artistas com deficiência, retomando palcos e narrativas como sujeitos poéticos e políticos, não apenas para “cercadinhos de inclusão”, como lembram Edu O. e Estela Lapponi.

O ARTESANATO COMO SEGMENTO ARTÍSTICO E O PERTENCIMENTO DE ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA

Ananda Guimarães

Reconhecer o artesanato como segmento artístico é um gesto político e simbólico de reparação histórica. Durante muito tempo, a arte ocidental consolidou um cânone que separava o “fazer popular” do “fazer artístico”, relegando o artesanato a um lugar de utilidade, domesticidade ou folclore, enquanto as chamadas artes visuais eram legitimadas como expressão intelectual e erudita. Essa separação, forjada por hierarquias coloniais e capacitistas, gera deslocamentos de pertencimento, sobretudo quando pensamos em pessoas com deficiência que encontram no artesanato uma via de criação, autonomia, renda e reconhecimento de si e do mundo. A artesã amazônica Tamires Barroncas, do grupo de mulheres artesãs surdas de Manaus, nos relata:

O artesanato surgiu pra mim em um momento de vulnerabilidade que estava vivendo em período de isolamento na pandemia do COVID-19, estava grávida e desempregada e precisava ter uma renda. Uma amiga, surda também, me ensinou os primeiros pontos. A partir daí minha autoestima aumentou e pude me ver como artista; hoje, além de trabalhar com crochê, faço bordados e apliques.

Com isso, tonificamos que o uso do termo “artesanato” não é apenas técnico, mas identitário e político. Ele afirma o vínculo entre corpo, território e sabedoria ancestral, reconhecendo que o gesto criador não precisa nascer de academias ou de discursos formais sobre estética. A arte, quando se manifesta a partir da materialidade das mãos, das texturas, da repetição dos gestos e da invenção com o que se tem e do reconhecimento de ofício, constrói narrativas que pertencem a um outro campo da sensibilidade e criação, um campo mais ligado à experiência, à memória e à afetividade.

Para artistas com deficiência, o artesanato se torna muitas vezes um espaço de emancipação e acesso, pois permite que o fazer artístico dialogue com diferentes modos de percepção, ritmo e corporeidade. Em muitos casos, é através da prática artesanal que essas pessoas se reconhecem como artistas, rompendo com a invisibilização que o sistema hegemônico das artes visuais ainda impõe. As ferramentas, os materiais e as técnicas são criadas com e por corpos DEFs artesãos. O gesto artesanal torna-se, então, um espelho da subjetividade de cada corpo que cria. Ao adotar o artesanato como segmento artístico, ampliamos o conceito de arte e reconhecemos que a produção estética brasileira se sustenta também pelo

trabalho de quem tece, molda e transforma o cotidiano em símbolo. Esse reconhecimento desloca o centro do discurso artístico, valorizando saberes populares e modos diversos de existir e criar. Assim, o artesanato deixa de ser visto como “menor” para ocupar seu devido lugar nas artes, onde cabem todas as formas de criação, inclusive aquelas que nascem da sabedoria orgânica.

CONTRIBUIÇÃO DE ARTISTAS DEFS NAS ARTES VISUAIS BRASILEIRAS

Fabio Passos

São diversas as pessoas com deficiência que, no interior das artes visuais, utilizam seu talento e criatividade para construir narrativas estéticas anticapacitistas e, assim, ajudam a edificar a Cultura DEF, que considera os diferentes modos de ser, estar e vivenciar o mundo das pessoas com deficiência, as quais fazem parte da diversidade cultural.

Artistas brasileiros(as) renomados, como Aleijadinho, Anita Malfatti, Tatti Moreno, Mario Cravo Júnior, Teca Sandrini, e os mais contemporâneos, como Daniel Moraes, Ana Cândida Carvalho, Daisy Viola, ChavesFrom, Ana do Vale, Roberta Holiday, Lua Cavalcante, Gustavo Reis, João Batista Maia da Silva, Bernardo Tochilovsky e Érico Ferry afirmam a potência criativa de seus entalhes, pinceladas, do atrito do grafite sobre o papel e das suas fotografias conceituais ou de uma imbricação dessas linguagens.

Muitos dos artistas visuais DEFS viveram em épocas que consideravam a deficiência como castigo de Deus e vergonha da família. Por isso, as pessoas com deficiência eram escondidas em quartos no fundo das casas ou abandonadas em instituições. É nesse sentido que o “orgulho” em ser uma pessoa com deficiência e, assim, se reconhecer enquanto tal, deve ser considerado um fenômeno recente, o que traz profundas dificuldades para que haja a efetivação de um reconhecimento da ancestralidade DEF no campo das artes visuais, uma vez que a historiografia apaga ou desconhece que esses artistas visuais eram pessoas com deficiência, e esse fato muito contribui para a valorização de suas obras enquanto arte.

Diante de tal cenário, artistas do passado, pelo simples fato de serem pessoas com deficiência, necessitam ter seus trabalhos artísticos identificados e referenciados, pois eles representam a ancestralidade DEF no âmbito do fazer cultural e nos conectam com o nosso passado, revelando a nossa contribuição para a cultura brasileira.

Mapear os artistas com deficiência que utilizam a linguagem das artes visuais é desafiador, uma vez que declarar ser uma “pessoa com deficiência”

ainda é uma ação revestida de dor e sofrimento, diante de uma sociedade firmada na normatividade. Contudo, o Mapeamento Acessa Mais conseguiu identificar um número significativo de artistas visuais DEFs, como pode ser comprovado nas planilhas que integram esse relatório. Esses números ainda não refletem o todo, demonstrando que ainda há muito que se fazer para se ter uma exata compreensão de quem e de quantos são os artistas com deficiência que trabalham nas múltiplas expressões das artes visuais para expressar suas vivências e existências.

ZULEIKANDO O AUDIOVISUAL

Estela Lapponi

O campo do audiovisual brasileiro, talvez, esteja vivendo um momento de renovação e ampliação de vozes, gestos e cores, sobretudo, após a pandemia do COVID-19. O isolamento social nos levou à intensa convivência em tela, nos enquadrámos no mundaréu virtual para suprir a necessidade de convívio e dar continuidade aos projetos artísticos. Entre salas de reunião, lives nas redes sociais e nas plataformas online de streaming, artistas e agentes culturais DEFs se fizeram presentes e zuleikaram nas virtualidades, atijando o debate sobre a falta de Acessibilidade Comunicacional dos múltiplos produtos audiovisuais e no setor cultural comq o um todo. Zuleikar é como ação intrusa do conceito Corpo Intruso, desenvolvido por mim (Lapponi, 2023).

Com a implementação de Leis emergenciais como Aldir Blanc e Paulo Gustavo, fomentaram-se as artes e aumentaram as produções audiovisuais, pois artistas de outras linguagens - tanto DEFs, quanto bípedes (Carmo, 2023) - tiveram que se adaptar para a tela, devido à obrigatória aproximação da linguagem do audiovisual e, com isso, uma grande diversidade de produtos. A chancela das referidas Leis colaborou para o crescimento no número de editais e chamamentos no setor que, conseqüentemente, favoreceu o aumento no volume de projetos inscritos, como pude perceber como curadora, pela segunda vez consecutiva, da Mostra Curta de Campinas 2025, em relação ao ano anterior. Além da variação na qualidade das obras inscritas, o que demonstra a necessidade de investimento na formação específica sobre a linguagem, lamentei a ausência de artistas DEFs como propositoras. Nessa Mostra, apenas uma videoarte era de uma artista DEF e outra, videodança, tinha a presença de uma bailarina com deficiência, no elenco.

A pesquisadora e cineasta DEF Sara O. Paoliello, em sua dissertação de mestrado Deficiência em Tela: processos de realização do corpo desviante no cinema (Paoliello, 2023), percebe que o tema Deficiência tem um crescente

nas produções a partir de 1990, e tal fato coincide com o surgimento de políticas públicas internacionais para pessoa com deficiência, a partir da mobilização de movimentos sociais dessa população. No entanto, identifica que apenas 30,3% de pessoas profissionais envolvidas em produções cinematográficas possuem deficiência. Sua pesquisa também converge com dados divulgados pelo artigo - Deficiência e Linguagem Cinematográfica (Amaral; Monteiro, 2016), que aponta o drama como gênero mais difundido, quando o assunto é a representação de pessoas com deficiência no cinema. Algo que pode demonstrar, ainda, uma abordagem capacitista, que identifica a deficiência com a tragédia, infelicidade ou superação individual.

Reflito, então, sobre qual seria a real representatividade dos 573 artistas e agentes culturais DEFs do audiovisual brasileiro, cadastrados no Mapeamento ACESSA MAIS. Porém, percebo, também, nesse número de pessoas inscritas, a potência de transformar os paradigmas que persistem a nosso respeito. A perspectiva da Cultura do Acesso nas políticas afirmativas, tanto na esfera pública quanto privada, é imprescindível para que nossas potências criativas possam ser consideradas com real valor artístico.

Deficiência em Tela: Cinema e Memória DEF

Sara Paoliello

Desde os primórdios do cinema, a presença de personagens com deficiência constitui um tema recorrente, ainda que historicamente atravessado por estereótipos e pela invisibilização das experiências vividas por essas pessoas. Um dos registros mais antigos é o curta *The Fake Beggar* (1898), dirigido por James H. White e produzido pela Edison Manufacturing Company. Com cerca de 30 segundos de duração, a obra mostra um homem que simula cegueira para pedir esmolas, revelando, ao final, a farsa utilizada para enganar transeuntes e lucrar a partir dessa condição. Esse exemplo evidencia uma prática comum no cinema: a representação da deficiência interpretada majoritariamente por atores sem deficiência, em contextos nos quais não havia participação efetiva dessas pessoas nos processos criativos.

Em minha pesquisa de mestrado - *Deficiência em Tela: processos de realização do corpo desviante no cinema* -, constatei a escassez de obras dirigidas ou produzidas por pessoas com deficiência. O mapeamento que realizei, até 2023, reuniu 396 filmes, revelando tanto a recorrência de narrativas centradas na superação individual (43,1% do total) quanto a baixa presença de pessoas com deficiência na produção (30,3%).

Nos últimos anos, o campo dos estudos da deficiência vem despertando maior interesse político, acadêmico e artístico. Nesse movimento, artistas e cineastas com deficiência têm assumido protagonismo, criando novos imaginários e ampliando a pluralidade de representações nas telas. Entre alguns nomes estão Daniel Gonçalves (*Meu Nome é Daniel, Assexybilidade*), Estela Laponi (*ProfanaÇÃO, La Hemi*), Victor Di Marco (*O que pode um corpo?*, *Possa Poder, Zagêro*), Giovanni Venturini (*Big Bang*) e Jéssica Teixeira (*Curva Sinuosa, Sou Toda Curva e Desvio*). Também é importante mencionar Ademar Alves, Caroline Cavalcanti, Giuliano Robert e Mona Rikumbe, que vêm conquistando espaço gradualmente.

Em minha pesquisa de doutorado, observo a expansão dessas produções, sobretudo nos últimos dois anos, com o surgimento de novos cineastas, roteiristas e produtores que ainda não conhecemos. No entanto, esse crescimento não tem sido acompanhado por mecanismos sólidos de registro e sistematização, o que dificulta a compreensão do campo e compromete a

preservação da memória cinematográfica ligada à deficiência. Quais são os novos nomes que estão se inserindo nessa área?

Nesse sentido, iniciativas como o Mapeamento Acessa Mais se tornam fundamentais, pois contribuem para elaborar registros de obras e trajetórias

artísticas historicamente negligenciadas. Ao reunir, organizar e disponibilizar informações, tais esforços não apenas fortalecem a documentação da produção já existente, como também criam as condições necessárias para que futuras pesquisas possam se desenvolver.

COMPREENDENDO A RELAÇÃO ENTRE O CIRCO E ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA, PARA A HISTÓRIA NÃO SE REPETIR.

Ananda Guimarães (palhaça Neneca)

O circo, enquanto manifestação cultural popular e espaço de invenção estética, tem historicamente abrigado corpos dissidentes e corporeidades que escapam da normatividade social. No entanto, a participação de pessoas com deficiência nesse universo revela tensões que atravessam a própria história da tradição circense. Durante o século XIX e início do século XX, o chamado “freak show” se consolidou como prática recorrente onde artistas com deficiências, condições raras ou características corporais consideradas “anormais” eram expostos como curiosidade pública, em um processo marcado pelo exotismo e pela ridicularização. Essa forma de entretenimento não apenas reforçava estigmas, mas também sedimentava uma visão capacitista que transformava corpos em objetos de consumo, apagando suas potências artísticas em nome da espetacularização da diferença.

Esse passado de exploração não pode ser dissociado do presente. O circo, ao mesmo tempo que foi um dos primeiros palcos a permitir que pessoas com deficiência estivessem em cena, sustentando muitas vezes famílias, também precisa prestar contas com o legado de exclusão e violência simbólica que ajudou a constituir no imaginário popular sobre esses corpos. Imaginário esse que reverbera até os dias atuais, quando tentamos localizar a cultura DEF nos circos pelo Brasil. Nos dias de hoje, esse contexto histórico precisa ser revertido por meio de práticas que reconheçam artistas com deficiência como criadores de linguagens e metodologias próprias. O circo contemporâneo, ao dialogar com o campo das artes cênicas, da performance e da acessibilidade cultural, passa a ser um espaço fértil de ressignificação das estruturas capacitistas dominantes.

Artistas DEFs vêm ocupando a cena circense com propostas que deslocam a lógica do olhar capacitista, propondo novas estéticas que partem de suas corporalidades, criando técnicas, dramaturgias e comichidades que só existem a partir de suas experiências no mundo. O circo, dentro de sua linguagem, agrega muitas áreas, das acrobacias à palhaçaria, e cada uma delas se torna um universo de possibilidades no contraponto à normatividade

do fazer artístico.

Assim, o circo tem hoje a responsabilidade de revisitar sua história para não repeti-la. Ao assumir a pluralidade de corpos como potência e possibilidade, ele contribui para um processo de reparação simbólica e política. Dessa maneira, o circo contemporâneo pode ser um território de grande pertencimento, onde a estrutura capacitista seja friccionada, desdobrando-se em consciência crítica e espaço de invenção, garantindo às pessoas com deficiência não apenas lugar de visibilidade, mas de quebra de violências disfarçadas de tradições, sobretudo, de dignidade na criação e reconhecimento artísticos das multilinguagens abarcadas pelo segmento circo.

A PRESENÇA E IMPORTÂNCIA DE ARTISTAS COM DEFICIÊNCIAS NO CIRCO.

Andressa Cabral da Costa da Silva

As artes circenses são mais antigas que o circo conhecido atualmente (Silva, 2014), pois há vestígios dessas práticas desde as civilizações antigas, a exemplo de China, Egito, Índia, Grécia, Roma, para citar algumas. O formato de circo que conhecemos hoje tem influência do circo moderno europeu, no século XVIII. A partir do século XIX, destacou-se uma modalidade de circo denominada de Freak Show, em português “circo dos horrores”. Nesse circo, as pessoas com deficiência eram expostas. Consideradas aberrações, geravam curiosidade e medo. Muitas pessoas acreditavam mesmo que aquelas possuíam poderes sobrenaturais. Paradoxalmente, ao contrário do que viviam fora do circo, elas tinham um certo protagonismo e algumas ganharam dinheiro e fama. Por isso, muitas delas procuravam o circo como um meio de sobrevivência e outras eram vendidas pelas famílias.

No Brasil, os circos que percorriam o país no século XIX e início do XX também reproduziam esse modelo de exibição da diferença. Porém, como o circo brasileiro sempre teve caráter híbrido e popular, abria brechas para trajetórias singulares, artistas com deficiências, por vezes filhos de circenses, encontravam papéis nos bastidores, na palhaçaria, na música ou na técnica. A partir dos anos 1980, movimentos de artistas com deficiência começaram a questionar os limites impostos pela normalidade estética.

Nas últimas décadas, artistas com deficiência têm ocupado o centro do picadeiro circense, não mais como objeto de curiosidade e escárnio, mas como criadores de linguagem, de forma e de sentido. Esses artistas circenses DEFs transformam próteses em extensão cênica, cadeiras em elementos coreográficos, e a singularidade de seus corpos em dramaturgia.

A deficiência deixa de ser “tema” e passa a ser linguagem.

A estética DEF defende que a deficiência é potência criadora, poética, social e política, que não busca reproduzir um modelo pronto, mas trazer novas perspectivas da criação. Desse modo, esse é um corpo que desobedece a expectativas de simetria, de velocidade, de equilíbrio “padrão”, inventa outras formas de suspensão, outros modos de cair, outras maneiras de sustentar o outro, de demonstrar o risco no circo, dentre outros formatos do fazer artístico.

Contudo, apesar dos avanços, ainda há lacunas significativas em formação, financiamento e acessibilidade de espaços. As formações em circo, nas escolas e programas de fomento, ainda carregam barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, financeiras e simbólicas que impedem o acesso pleno desses artistas. A estrutura do circo itinerante, com seus espaços improvisados e ausência de acessibilidade cultural, reforça o pensamento capacitista de que o corpo DEF não pode ser o corpo da performance, da técnica, do risco e do aplauso. É preciso formação acessível, editais que reconheçam a especificidade dos corpos com deficiência, políticas públicas de fomento que incluam acessibilidade, desde o início do projeto, e que não deixe ninguém de fora. Aqui, um destaque para a reflexão urgente e importante sobre a invisibilidade de pessoas artistas DEFs negras, LGBTQIAPN+, não-binárias, entre outras: Por onde andam esses e essas artistas?

É preciso que artistas, pessoas gestoras, produtoras e público reconheçam que o futuro do circo não está em apagar as diferenças, mas em fazê-las dialogar com a diversidade dos corpos que não pode mais ser ignorada nas artes, especialmente na linguagem circense. aqui abordada. Para isso, também é necessário o entendimento da pessoa com deficiência, não somente como plateia, mas como protagonista. Os recursos de acessibilidade cultural devem ser pensados para além das rampas e Libras, mas de uma forma mais ampla, com atitudes que também acolham todas as pessoas, assim como o desenvolvimento de audiodescrição, camarins acessíveis, metodologia acessível na concepção, técnicas e ensaios, para citar alguns.

CULTURA POPULAR E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CONHECIMENTO, MEMÓRIA E PERTENCIMENTO

Ananda Guimarães

A cultura popular constitui uma das principais expressões de reconhecimento artístico no Brasil. Ela se configura como espaço de

produção de conhecimento, memória e pertencimento coletivo. No Norte e no Nordeste, a cultura popular assume papel estruturante, fortalecendo identidades e modos de fazer que rompem com o modelo eurocêntrico de arte. Trata-se de uma forma de criação que nasce da convivência em comunidade, das tradições orais, dos rituais e das festas, revelando a diversidade estética e simbólica de um país que se reconhece em múltiplas linguagens.

Muitos mestres e mestras, artistas, compositores (as), artesãos e dançarinos (as) populares constroem suas trajetórias a partir de entrelaçamentos das experiências que não se enquadram em uma única forma de arte. São pessoas que produzem arte com base em saberes transmitidos pela oralidade, na experimentação cotidiana e na identidade cultural. Nesse contexto, o reconhecimento artístico não se limita ao domínio técnico ou à legitimação acadêmica, mas à possibilidade de expressar e perpetuar tradições, valores culturais e histórias coletivas. Como bumba meu boi, boi bumar, coco de roda, blocos afros, quadrilha, folia de reis, maracatu, capoeira, jongo, entre outras manifestações do território brasileiro.

Essas artes, que emergem das margens, questionam hierarquias e propõem uma outra percepção sobre o que é ser artista das brasilidades. A presença de pessoas com deficiência na cultura popular amplia ainda mais essa reflexão. Em vez de serem vistas a partir da lógica da limitação, artistas DEFs da cultura popular introduzem novas percepções, pela convivência em comunidade. Suas experiências corporais, sensoriais e comunicativas revelam formas potentes de pensamento e criação, gerando uma arte que desafia a corponormatividade.

Nesse sentido, destaco a trajetória de David Assayag, um dos maiores nomes da cultura popular do Amazonas e voz consagrada do Festival de Parintins; artista cego, Assayag, torna-se símbolo de resistência e de representatividade para a arte popular brasileira. Em uma de suas toadas, canta: “E o meu olhar vai muito além do meu querer / O meu canto vem do corpo e da alma...”.

Sua voz materializa o que a cultura popular carrega de mais significativo: a arte que nasce do corpo e da experiência, e não do enquadramento técnico. A obra de Assayag demonstra que o campo da deficiência, quando atravessa a cultura popular, não fala de limitação, mas de diversidade. Essa perspectiva reafirma a importância da cultura popular como lugar de reconhecimento, onde a arte é também afirmação identitária, acessibilidade e emancipação social.

O CORPO COM DEFICIÊNCIA NA DANÇA.

Natalia Pinto da Rocha Ribeiro

A história da dança desenvolvida por pessoas com deficiência, no Brasil, remonta a um período de aproximadamente 40 a 50 anos, e sua gênese está intrinsecamente ligada a contextos institucionais. A participação inicial se deu, majoritariamente, em hospitais, centros de reabilitação e universidades, onde a prática da dança era compreendida primariamente sob a ótica do lazer, da terapia ocupacional ou do assistencialismo. Em todos esses cenários, a ênfase residia no benefício funcional ou social, atendendo ao ideal de superação mantido até os dias atuais e não na produção artística profissional ou na busca de uma linguagem cênica autônoma. Entretanto, foi a partir dessas iniciativas que os primeiros grupos e coletivos se formaram, promovendo a transição da atividade assistencial para a arte performativa e abrindo caminhos para a cena.

A área do desporto adaptado, também, foi uma das primeiras a acolher pessoas com deficiência, promovendo, em diversos países, competições de dança de salão em cadeiras de rodas (Carmo, 2014). No Brasil, essa modalidade teve grande repercussão, principalmente, na década de 2000. Na Bahia, destacava-se o casal Cabral e Anete, da Cia Rodas no Salão, campeões no Malta Open DanceSport Spetacular 2004.

A nomenclatura Dança Inclusiva foi cunhada no Brasil por Henrique Amoedo (2002), para designar os trabalhos que unem pessoas com e sem deficiência com ênfase artística, sem negligenciar os aspectos terapêuticos e educacionais, buscando demarcar um território cultural e político para a produção singular de artistas com deficiência (Matos, 2012). Contudo, essa denominação é criticada por artistas como Estela Lapponi (2023), pois acredita que a rotulação pode reforçar a distinção e segregar a produção artística do cenário contemporâneo mais amplo. Nesse cenário, destacaram-se grupos como Roda Viva Cia. De Dança (RN), Grupo Sobre Rodas (BA), Pulsar Cia. de Dança (RJ), Cia. de Ballet de Cegos Fernanda Bianchini (SP), Limites Companhia de Dança (PR).

No campo da acessibilidade cultural, o Grupo X de Improvisação em Dança (BA) se destaca no cenário brasileiro por ser o pioneiro em audiodescrição em dança com o espetáculo Os 3 Audíveis... Ana, Judite e Priscila (2008), resultado da pesquisa desenvolvida pelas professoras de Dança e Letras, respectivamente, Fafá Daltro e Eliana Franco, esta última também audiodescritora.

No contexto artístico profissional, a deficiência é abordada como um elemento de escolha estética e política que gera novas poéticas e sentidos. No campo da Dança brasileira, há grandes artistas com deficiência, desde Maria Duschenes a Yara de Cunto, assim como, nas gerações mais

novas, Moira Braga, Estela Lapponi, Edu O., Socorro Lima, João Paulo Lima, Alexandre Américo, Elinilson Soares, Gabriel Domingues e Marcos Abranches, dentre outros nomes. No entanto, devido ao capacitismo e às constantes descontinuidades das políticas públicas culturais, artistas como Sandra Rejane Sousa, ex-integrante da companhia Roda Viva e primeira pessoa com deficiência a estudar no Centro Coreográfico do Rio de Janeiro, foram obrigadas a abandonar a carreira artística e seguir outra trajetória profissional.

Dessa forma, o Mapeamento Acessa Mais, ao reconhecer o campo artístico como um território de criação e autoria, contribui para que as pessoas com deficiência sejam percebidas não apenas como participantes, mas como agentes estéticos transformadores na produção de conhecimento em dança.

LITERATURA: CAMPO EXPANDIDO PELAS DEFICIÊNCIAS.

Edu O. e Amanda Soares

Embora a literatura brasileira seja povoada, desde as obras clássicas às contemporâneas, por inúmeros personagens com deficiência criados, em sua maioria, por autores(as) sem deficiência, ainda carecemos de fontes que nos forneçam uma abordagem histórica sobre a produção literária de pessoas com deficiência, no Brasil. Em contrapartida, é possível encontrar, em distintas reportagens na internet, a produção contemporânea de escritores(as) com deficiência. O que, em certa medida, apresenta um panorama dessas produções, no nosso país, mesmo que de forma individualizada, revelando nomes como Paulo Fabião, Gilvan Mendes, Thaís Pessanha, Telma Cunha, Tiago Correia, Aloísio Pimentel, Fernanda de Araújo Machado, Edinho Santos, Daisy Souza e Paloma Santos, dentre outros.

Inegavelmente, destacam-se, em nossa cultura, nomes de importantes escritores(as) com deficiência, a exemplo de Patativa do Assaré, Cego Aderaldo, Bule Bule, Lia Crespo, Glauco Mattoso, Marcelo Rubens Paiva, Roseana Murray, Tude Celestino e o cartunista e Ricardo Ferraz. Contudo, tanto na vasta representação de personagens com deficiência, quanto nas abordagens midiáticas acerca de escritores(as) DEFs, mantém-se o tratamento capacitista, ora tratando a deficiência como tragédia e fracasso pessoal, ora com enfoque nos discursos ultrapassados de superação e inclusão. E, tudo isso colabora para a manutenção de narrativas estereotipadas, que ainda perduram no imaginário acerca das pessoas com deficiência.

Por sua vez, no campo da acessibilidade, há inúmeros textos que reúnem dados sobre a quantidade de obras literárias disponíveis em formatos acessíveis. Sem dúvida, essas produções são importantes, pois garantem que o direito à leitura seja possível mas, e onde fica o direito à escrita? Fala-se muito sobre o acesso à literatura e, quase nada, sobre a produção literária feita por pessoas com deficiência. Essa ausência é o espelho de como a sociedade brasileira reconhece – ou não – nossas produções. Assim, revela-se que a deficiência é reconhecida apenas como assunto, mas não como corpo autor.

No entanto, no campo da literatura, o total de 500 cadastros de artistas e agentes culturais, no Mapeamento Acessa Mais, reafirma a intensa produção literária de pessoas com deficiência, no Brasil, mesmo que de maneira independente, tanto na criação textual em literatura infantil, cordel, romance, poesia, contos, biografias, cartuns, como nas funções de ilustradoras, revisoras, editoras, tradutoras, curadoras, contadoras de história etc.

Também, nesse contexto, sobressai a literatura surda, apresentando a criação literária em Libras e SignWriting (SW), um sistema de escrita para língua de sinais (Fernandes et al, 2024) e os slams, onde a poesia surda ganha protagonismo, a exemplo do pioneiro Slam do Corpo, realizado pelo coletivo Corposinalizante, em 2014. Desse modo, a cultura surda e, portanto, a cultura DEF, expande a própria noção de literatura requerendo, assim, mudanças urgentes no ambiente editorial brasileiro, que se apresenta ainda bastante capacitista.

MÚSICA DEF NA PLAYLIST.

Amanda Lyra

O cenário da música brasileira, para artistas com deficiência, ainda reflete décadas de invisibilidade estrutural. Mesmo artistas com grande reconhecimento, como Roberto Carlos, Candeia, Sivuca e Herbert Vianna, tiveram suas trajetórias marcadas por silenciamento quanto à deficiência, o que contribuiu para a ausência de debate público e de ações estruturais que reconhecessem a produção de pessoas com deficiência no campo da música. Em contrapartida, o capacitismo também não poupou artistas como Nelson Ned e Katia, em abordagens midiáticas e expressões populares preconceituosas.

Por outro lado, a presença de artistas da importância do saudoso músico Hermeto Pascoal em eventos voltados para a arte DEF, como vinha acontecendo nos últimos anos, provoca importante mudança em termos do reconhecimento artístico da nossa produção, bem como a quebra de estigmas que ainda perduram no mercado cultural e na mídia, fator que pode impedir outros(as) artistas de se assumirem nesse lugar.

Assim, o avanço da representatividade depende não apenas da presença de artistas com deficiência no mercado, mas também de mudanças paradigmáticas e da criação de condições estruturais e acessíveis, que garantam permanência, circulação e reconhecimento legítimo no setor musical.

A representação individualizada, que na maioria das vezes foi narrada sob a lógica da superação, não foi acompanhada por políticas, iniciativas ou cobertura midiática que estimulassem o surgimento e a permanência de novos talentos de artistas DEFs nas diversas frentes da indústria musical.

Com o avanço das tecnologias, digitalização e democratização das plataformas de distribuição musical, artistas DEFs independentes começaram a ocupar novos espaços. No entanto, a ausência de bases de dados, de uma curadoria que considere a produção DEF e de suporte acessível ainda limitam o alcance e a sustentabilidade dessas carreiras.

O resultado do Mapeamento Acessa Mais, tanto de artistas, quanto de agentes culturais atuantes na área da música, evidencia o potencial criativo existente, mas também escancara a fragmentação da informação e a falta de iniciativas que integrem produção, difusão e reconhecimento institucional desses profissionais.

O setor musical ainda necessita de grandes articulações intersetoriais, para garantir não só o acesso a palcos e plataformas, mas também

infraestrutura técnica acessível, políticas afirmativas e investimento direcionado.

Link para playlist Artistas DEF:

<https://youtube.com/playlist?list=PL7Ork9BdnX5elhHJy5WsnlR0s905PJgrH&si=ir9KprcBL-Khh8fe>

TEATRO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA E TRANSFORMAÇÃO.

Renata Rezende

O teatro brasileiro, ao longo de sua história, paulatinamente, vem incorporando a diversidade e dando espaço a pessoas com deficiência, sobretudo a comunidade surda. Inicialmente, a deficiência era tratada de forma estigmatizada e pouco representada, mas movimentos sociais e culturais transformaram esse cenário. Um marco pioneiro foi a fundação do Centro de Integração dos Surdos nas Artes Cênicas (CIACS), em 1989, por Carlos Alberto Góes, após sua formação no National Theater of the Deaf (EUA). O CIACS abriu caminho para grupos como o Grupo Silencioso, a Companhia Surda de Teatro, o Teatro Absurdo, o Teatro Brasileiro de Surdos (TBS) e a Companhia Arte e Silêncio, fundamentais para consolidar a cultura surda no país.

A Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098/2000) representou avanço importante, exigindo adaptações em teatros e supressão de barreiras nos mais variados contextos. Contudo, na maioria dos espaços culturais, nas diversas cidades brasileiras, tais barreiras ainda persistem, a exemplo da ausência de profissionais na equipe de trabalho, a falta de rampas, banheiros acessíveis, recursos em LIBRAS, legendas, audiodescrição e espaços de regulação sensorial, por exemplo. Além da infraestrutura, a acessibilidade envolve representatividade: muitas vezes personagens com deficiência são interpretados por atores sem deficiência, gerando debates sobre autenticidade artística.

No entanto, é inegável que a ampliação da participação das pessoas com deficiência nas artes cênicas foi favorecida por movimentos culturais e educacionais que buscaram romper barreiras de comunicação. Oficinas, festivais e encontros nacionais contribuíram para dar visibilidade à produção artística de grupos surdos e de outros artistas com deficiência, aproximando o público e fortalecendo políticas públicas. Esse processo possibilitou a criação de uma rede de trocas e de apoio mútuo que ajudou a consolidar a presença, ainda frágil, da diversidade no teatro brasileiro.

Diversos espetáculos ampliaram a visibilidade da cultura surda, como Cidade de Deus – Casos e Conflitos, dirigido por Lucas Sacramento, destaque no Festival Clin D’Oeil (França). Trabalhos como esse demonstram como LIBRAS, dança, mímica e percussão enriquecem a cena teatral. Entre os artistas mais relevantes estão Carlos Alberto Góes (pioneiro e fundador do CIACS), Nelson Pimenta (ator, diretor e autor de destaque internacional), Rimar Segala (fundador da Cia Arte e Silêncio, pesquisador de teatro surdo) e Silas Alves de Queiroz (ator e mímico reconhecido). Todos contribuíram para consolidar a presença da cultura surda nos palcos, inspirar novas gerações e fortalecer a valorização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como linguagem artística de identidade e resistência.

O teatro brasileiro segue como espaço de resistência e transformação, onde a participação de pessoas com deficiência não se limita ao acesso físico, mas envolve a valorização de suas vozes e identidades artísticas. O fortalecimento dessa representatividade é essencial para a construção de uma sociedade mais plural e justa.

A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA CULTURAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Patrícia Dorneles

A construção da cidadania cultural das pessoas com deficiência no Brasil consolida-se nas últimas duas décadas através da mobilização sistemática da sociedade civil e do estabelecimento de marcos legais fundamentais. A Lei Brasileira de Inclusão (2017) estabeleceu bases jurídicas para a acessibilidade cultural como direito à fruição, produção e participação plena das pessoas com deficiência na vida cultural, consolidando conquistas de décadas anteriores.

Iniciativas pioneiras marcaram esta trajetória: o Programa Artes sem Barreiras, iniciado nos anos 90, em parceria com a FUNARTE/Very Special Arts, e a Oficina Nacional “Nada Sobre Nós sem Nós” (2008), promovida pela SID/MINC e FIOCRUZ, consolidaram o princípio da participação protagonista das pessoas com deficiência na formulação de políticas públicas culturais. A 1ª Conferência Livre de Acessibilidade Cultural (2013), realizada concomitantemente ao 1º Encontro Nacional de Acessibilidade Cultural, sistematizou 90 propostas encaminhadas à 3ª Conferência Nacional de Cultura, resultando na meta 29 do Plano Nacional de Cultura.

A 2ª CLAC, realizada no âmbito do 10º ENAC, em 2024, representou avanço qualitativo significativo, ao sistematizar 119 contribuições em 14 propostas estratégicas encaminhadas à 5ª Conferência Nacional

dos Direitos das Pessoas com Deficiência, fortalecendo a agenda interministerial e impactando políticas nas três esferas governamentais. A Carta de Brasília, “Pessoas com Deficiência na Luta por Equidade”, consolidou compromissos com acessibilidade cultural e participação das pessoas com deficiência, como especialistas na cadeia produtiva cultural. Subsequentemente, a 1ª Conferência Temática de Acessibilidade Cultural contribuiu substancialmente para a 4ª Conferência Nacional de Cultura, cujos resultados foram determinantes para a inclusão da acessibilidade cultural como eixo estruturante do novo Plano Nacional de Cultura.

As conquistas recentes (2023-2024) caracterizam-se pela implementação de políticas interseccionais em editais públicos e avanços institucionais expressivos: constituição do Grupo de Trabalho de Acessibilidade Cultural da FUNARTE (2023), o programa Acesso Museus do IBRAM (Portaria nº 3135/2024), a Instrução Normativa ANCINE, nº 163/2022, a qualificação das exigências de acessibilidade na Lei Rouanet, através da Súmula Administrativa nº 33 e da IN MinC nº 11/2024, além do edital específico para pessoas com deficiência no Edital Sérgio Mamberti (SCDC/MINC, 2023).

A Lei Paulo Gustavo (Lei Complementar nº 195/2022), executada entre 2023 e 2024, constituiu o maior investimento direto no setor cultural brasileiro, destinando R\$ 3,862 bilhões para ações culturais em todo o território nacional. Com cotas para pessoas com deficiência e exigência de destinação de 10% dos recursos à acessibilidade, aproximadamente R\$ 386 milhões foram direcionados especificamente para este público, conforme decretos 11.453/2023 e 11.525/2023 e IN nº 05/2023. A Política Nacional Aldir Blanc, com investimento de 12 bilhões em quatro anos e efetivação da IN MinC nº 10/2023, promove descentralização territorial e sustentabilidade às políticas de inclusão cultural.

O Mapeamento Acessa Mais (UFBA/MINC, 2024-2025) representa marco fundamental, ao realizar mapeamento inédito de artistas e fazedores de cultura com deficiência e sem deficiência que atuam no campo da cidadania e acessibilidade cultural, construindo indicadores essenciais para qualificação das políticas culturais. Este mapeamento possibilita processos de mobilização, constituição de redes e fóruns regionais, qualificando a presença destes atores nos conselhos de cultura e sua participação ativa nos editais da PNAB.

A consolidação da acessibilidade cultural como política de Estado constitui imperativo ético e democrático para construção de uma sociedade equitativa, que valorize a diversidade humana em suas múltiplas expressões culturais, transcendendo governos específicos e estabelecendo

compromissos estruturantes de longo prazo.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA GESTÃO CULTURAL.

Aline Zeymer

Na Gestão Cultural, apesar de se perceber um avanço, ainda é pouca a presença de pessoas com deficiência, principalmente em lugares de decisão. Não basta apenas a presença dessas pessoas, mas a sua participação ativa nas decisões estratégicas que considerem e valorizem a produção cultural das pessoas com deficiência, ou Cultura DEF.

Por muito tempo, e ainda hoje, a representação de pessoas com deficiência é moldada numa perspectiva corponormativa e que serve para atender às necessidades das pessoas sem deficiência. Ainda há uma grande carência de conhecimento e de internalização por parte dos gestores de que a exclusão praticada, rotineiramente, vem de uma cultura enraizada que reforça a inferiorização dos direitos das pessoas com deficiência, quando comparado aos direitos de outros grupos sociais.

Indiscutivelmente, nos últimos anos, estão acontecendo ações importantes, a exemplo do Mapeamento ACESSA MAIS, com protagonismo de pessoas com deficiência, o que pode incentivar outras pesquisas e outras ações igualmente importantes, mas que não ganham a devida visibilidade ou o alcance necessário para que, de fato, haja políticas estruturantes no campo da cultura para pessoas com deficiência.

Outro ponto importante a ressaltar é que a comunidade das pessoas com deficiência na cultura carece de fortalecimento, unidade e maior participação na construção das políticas culturais do país. Daí a importância de ocuparmos espaços na gestão cultural. As lutas ainda estão segmentadas e a pauta da Cultura DEF ainda enfrenta a barreira da desvalorização e desconsideração pelos demais segmentos.

Enquanto gestora e artista, percebo e vivo dois mundos bem diferentes. Por um lado, reconheço um movimento muito potente, que a cada dia ganha mais força e mais espaço de produções realmente voltadas a abarcar e reconhecer a nossa diversidade, mas, por outro lado, vivo uma forte resistência à implosão de um sistema de exclusão e de hierarquia de corpos e pensamentos.

Pensar em Cultura do Acesso, Acessibilidade Cultural e Cultura DEF, dentro da Gestão, nada mais é que reiniciar o sistema de forma mais democrática, digna e respeitosa a todos os tipos de existência.

CONSIDERANDO PESSOAS NEURODIVERGENTES.

Paula Gotelip e Cristiane Muñoz

Duas percepções diretas merecem destaque. A primeira diz respeito ao próprio Ministério da Cultura, que em editais recentes já incluiu a dislexia como possibilidade de deficiência. Trata-se de um movimento ainda incipiente, mas significativo. O reconhecimento da dislexia nesse contexto é fundamental, pois abre caminhos para que projetos propostos por pessoas disléxicas possam ser avaliados com critérios mais justos, evitando exclusões. Essa mudança se insere em um debate mais amplo, ainda em curso no Brasil, mas que já aponta para avanços importantes no campo da cultura e da acessibilidade.

A segunda percepção refere-se ao impacto individual observado em um artista com mobilidade reduzida que, até então, se via apenas como professor. O artista em questão é ator de Spectrum, uma experiência cênica criada para crianças e jovens neurodivergentes e com deficiência, junto às suas famílias. Inspirado na metodologia da Relaxed Performance, o projeto propõe um ambiente acolhedor, lúdico e sensorialmente previsível, onde cada participante pode interagir à sua maneira, explorando sons, sombras e objetos do cotidiano.

Com uma equipe formada majoritariamente por artistas com deficiência, o Spectrum alia arte, acessibilidade e pesquisa para transformar o espectador em protagonista da cena. A participação como artista na criação e, ao mesmo tempo, o conhecimento do mapeamento, tiveram um efeito transformador em sua trajetória. O processo fortaleceu sua autoestima, motivou-o a retomar os estudos, a cuidar da saúde física e mental e a se reconhecer, principalmente, como artista. Pequenos movimentos como este demonstram que o mapeamento atua como uma política de cuidado, gerando efeitos que extrapolam a cultura e alcançam áreas como saúde e bem-estar.

Essas experiências revelam a necessidade de ampliar a coleta de dados e incluir, de forma sistemática, outras neurodivergências além do autismo, como dislexia, TDAH, síndrome de Tourette, altas habilidades/superdotação e discalculia. Atualmente, o Brasil não dispõe de informações quantitativas sobre essas condições em censos oficiais. O Acessa Mais desponta, portanto, como a primeira iniciativa governamental de caráter institucional a abrir a possibilidade de um mapeamento mais amplo e consistente sobre as neurodivergências no país.

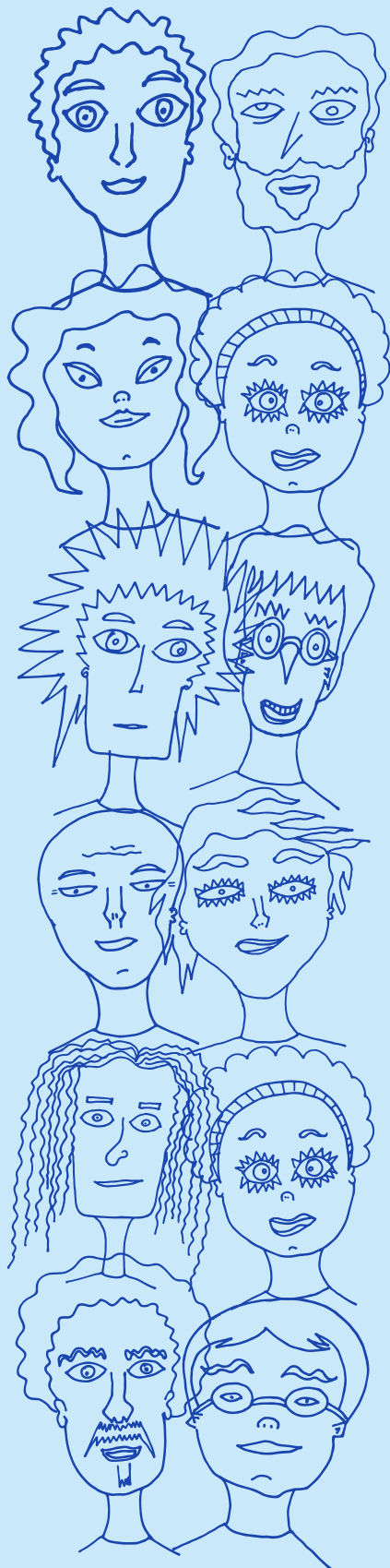
É importante ressaltar que, ainda, há mecanismos de exclusão das pessoas neurodivergentes nos espaços culturais, marcados pela prevalência

de um olhar biomédico da deficiência. Muitas vezes, quando ocupamos lugares de fala, somos questionados sobre nossas capacidades. No caso de Paula, a dislexia é vista pelo prisma do erro, quando, na verdade, é justamente a familiaridade com o erro que a tornou mais criativa e flexível.

Nosso trabalho parte da experiência com crianças neurodivergentes, sobretudo autistas, para afirmar a necessidade de propostas em teatro, música, dança e circo que não sejam meras adaptações superficiais, mas que tenham coerência ética, consistência estética e compromisso real com a participação plena dessas pessoas.

Reconhecemos que esse percurso encontra barreiras: como gestora do Spectrum, sei que propor sessões para 15 crianças não corresponde ao impacto quantitativo esperado em muitos editais. Contudo, o impacto qualitativo é profundo e gera desdobramentos em diferentes dimensões — da saúde à educação, da autoestima à cidadania cultural.

Por isso, reforçamos a relevância do Mapeamento Acessa Mais como um passo pioneiro. Que ele tenha vida longa, permitindo o avanço de políticas públicas que ampliem debates, fortaleçam redes e construam condições reais de participação plena para pessoas neurodivergentes e com deficiência no campo da cultura.



PARTE 2

CAMINHOS EM CURSO:

Apresentando
resultados

Página com fundo azul claro. À esquerda, coluna vertical de animações de rostos humanos em linhas finas azul escuras. Organizados em pares ao longo da vertical, totalizando doze figuras se sobrepondo parcialmente. Homens e mulheres com cabelos curtos, longos, ondulados, crespos, espetados e pessoa careca. Alguns usam óculos ou têm barba e têm expressões faciais entre sorriso e expressão neutra. À direita: “Parte 2”, “Caminhos em curso:” e “Apresentando resultados”.

INTRODUÇÃO

Essa segunda parte do relatório apresenta os dados mapeados e suas análises, escrita com a colaboração da equipe de tecnologia. Recordamos que foram disponibilizados, via plataforma online acessível, três formulários, onde cada pessoa poderia se cadastrar, separadamente, caso exercesse função nas três categorias:

- **Artistas com Deficiência:** Profissionais das artes visuais, audiovisual, circo, cultura popular, dança, literatura, música, performance, teatro e artesanato.
- **Agentes Culturais com Deficiência:** Produtores(as), curadores(as), gestores(as) e técnicos(as) (iluminação, cenografia, trilha sonora, figurino, operação de som e luz, montagem cênica e audiovisual, editoração de livros, entre outros).
- **Profissionais da Acessibilidade Cultural:** Especialistas em audiodescrição, tradução de Libras, legendagem, consultoria em acessibilidade e mais, com ou sem deficiência.

Em cada formulário, as informações foram separadas também em 3 categorias gerais, sendo:

1. **Identificação pessoal** (se possui deficiência e qual; região onde vive; raça, identidade de gênero e orientação sexual; se é imigrante);
2. **Formação** (escolaridade; espaço que teve o primeiro contato com a arte; como se deu a formação artística e profissional;) e,
3. **Dados profissionais** (área, tempo e forma de atuação, espaços onde desenvolve o trabalho, documentação profissional e informações sobre renda mensal)

Durante quatro meses, foram coletadas informações de 3.498 pessoas cadastradas, sendo que 22 amostras precisaram ser descartadas como pessoas artistas sem deficiência (o mapeamento era apenas para artistas COM deficiência) ou pessoas que não preencheram corretamente campos cruciais. Resultando no número final de 3.476 cadastros válidos, dentre elas, 62,5% de respondentes com deficiência e 37,5% sem deficiência, estas foram consideradas na categoria de Profissionais da Acessibilidade Cultural.

Como não solicitamos comprovação via laudo médico para identificação das pessoas com deficiência, tivemos o cuidado de formular perguntas que pudessem reconhecer aqueles cadastros que não correspondiam ao perfil desejado. Recebemos inúmeras mensagens de pessoas sem deficiência

desejando se cadastrar em categorias destinadas apenas a pessoas com deficiência, com a desculpa de representarem seus filhos ou de serem gestoras de instituições.

Tais situações apontam para uma realidade preocupante, mas não desconhecida, de tutela e assistencialismo da pessoa com deficiência por parte de familiares e instituições, tirando-lhes o protagonismo.

Este foi o motivo pelo qual decidimos retirar o cadastro de grupos artísticos porque compreendemos que ainda estão sob comando, em sua maioria, de pessoas sem deficiência e com interesses divergentes do objetivo do projeto, que era identificar profissionais com deficiência para elaboração e/ou efetivação de políticas públicas direcionadas a esse segmento.

Os dados apresentados confluem, numericamente, com as reflexões compartilhadas até este momento, ao longo do relatório, por diversos(as) pesquisadores(as). Faz-se necessário observar o panorama exposto, entre lacunas e espaços ocupados, para garantirmos, cada vez mais, a formação, renovação, participação, manutenção e garantia dos direitos das pessoas com deficiência nos diversos campos da cultura brasileira.

A seguir, serão apresentados os dados gerais obtidos pelo conjunto das três categorias mapeadas e a análise dos dados correspondentes a cada uma delas: Artistas com deficiência, Agentes culturais com deficiência e Profissionais, com e sem deficiência, da acessibilidade cultural.

PERFIL GERAL

Total de formulários válidos: 3.476

Desse total, 100 formulários foram de pessoas imigrantes.

AMOSTRA COMPOSTA POR:

- 1.692 artistas com deficiência
- 1.444 profissionais de acessibilidade com e sem deficiência
- 340 agentes culturais com deficiência

TIPO DE DEFICIÊNCIA

- Deficiência física 790
- Neurodivergência 478
- Deficiência visual ou cegueira 461
- Deficiência auditiva ou surdez 344
- Outros tipos de deficiência 158
- Deficiência intelectual 135
- Deficiências múltiplas 58
- Surdocegueira 4

Os tipos de deficiência mais presentes são: física, neurodivergência e visual. Em seguida vêm deficiência auditiva, intelectual e múltiplas deficiências. Surdocegueira aparece com poucas ocorrências, mas com demandas complexas.

Esse conjunto mostra que as necessidades de acessibilidade são variadas. Não é possível pensar em um único modelo de recurso: é preciso planejar combinações como audiodescrição, Libras, legendagem acessível, materiais táteis, ajustes sensoriais e linguagem simples.

Além dos recursos de acessibilidade que assegurem oportunidades e condições de trabalho a artistas e agentes culturais com deficiência, é importante garantir o reconhecimento por seus modos próprios de criar e

produzir. Para isso, seus projetos e obras, quando apresentados a bancas avaliadoras de programação de pautas, editais, festivais, bienais, entre outras, necessitam ser avaliados de maneira apropriada, sem o domínio da normatividade, que estabelece e impõe padrões na arte.

ÁREAS COM MAIORES CONTAGENS

• Teatro: 735
• Consultoria em acessibilidade: 643
• Música: 624
• Mediação: 608
• Audiovisual: 573
• Artes visuais: 562
• Dança: 531
• Literatura: 500
• Intérprete de Libras: 483
• Cultura popular: 455

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

• Sudeste: 37,9%
• Nordeste: 32,6%
• Sul: 12,4%
• Centro-Oeste: 9,9%
• Norte: 7,1%

A distribuição geográfica dos 3.476 mapeados mostra que o Sudeste (37,9%) tem a maior participação, seguido bem de perto pelo Nordeste (32,6%). Essas duas regiões concentram grande parte dos equipamentos culturais, editais, universidades e redes de produção, o que facilita a presença de artistas com deficiência, profissionais de acessibilidade e agentes culturais.

Em números absolutos, a soma de cadastros por estado da região Sul aparece com participação significativa, ocupando vagas nas dez primeiras

colocações, embora a porcentagem não reflita o mesmo (12,4%). Isso se justifica pela quantidade de estados, apenas três, em comparação com as outras regiões.

O Centro-Oeste (9,9%) aparece com níveis intermediários, enquanto o Norte (7,1%) tem a menor participação, algo que se relaciona com grandes distâncias, custos de deslocamento, maior dificuldade de acesso à internet, bem como à construção de redes e menor oferta de oportunidades, tanto de trabalho quanto de formação. Esses fatores podem ter impactado o acesso às informações sobre o Mapeamento.

Para ampliar o acesso nessas regiões, é importante planejar ações estruturantes específicas, com estratégias de comunicação e difusão das informações, ampliando e direcionando orçamento, a fim de garantir o acesso às políticas públicas, estabelecendo diálogo com as comunidades locais e em articulação com Universidades, Institutos Federais, secretarias locais.

Por outro lado, em se tratando da classificação por estado, São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Ceará estão entre os primeiros colocados, mostrando a força das grandes metrópoles e capitais regionais. Estados da Amazônia Legal, como Pará, Amazonas, Amapá, Rondônia e Roraima, também aparecem na pesquisa, mas com menor densidade, o que é esperado devido às barreiras logísticas e às dificuldades históricas de circulação e acesso. Quando cruzamos esses dados com áreas e formas de atuação, surgem pistas sobre diferenças de renda e de formalização no setor.

No conjunto, os dados mostram um país diverso e desigual ao mesmo tempo. A presença nacional é ampla, mas as oportunidades não são distribuídas de forma igual entre as regiões. Esse panorama reforça a necessidade de políticas culturais que considerem as diferenças territoriais, invistam em interiorização e ofereçam apoio para deslocamento e formação, garantindo que pessoas de todos os cantos do Brasil tenham condições justas de criar, trabalhar e acessar cultura com acessibilidade.

NÚMERO DE CADASTROS POR ESTADO:

- São Paulo: 677
- Bahia: 473
- Rio de Janeiro: 389
- Distrito Federal: 205

• Minas Gerais: 198
• Pernambuco: 193
• Ceará: 182
• Rio Grande do Sul: 176
• Santa Catarina: 147
• Paraná: 109
• Pará: 108
• Goiás: 96
• Rio Grande do Norte: 80
• Amazonas: 64
• Maranhão: 54
• Espírito Santo: 54
• Sergipe: 44
• Alagoas: 44
• Paraíba: 43
• Mato Grosso do Sul: 33
• Piauí: 21
• Amapá: 19
• Tocantins: 19
• Rondônia: 18
• Roraima: 14
• Mato Grosso: 10
• Acre: 6

COR OU RAÇA

- Branca 47,6%
- Parda 31,2%
- Preta 18,9%
- Pessoas indígenas e amarelas 2,3%

Os indicadores raciais tiveram como base os dados do censo do IBGE, identificando pessoas brancas, pardas, pretas, indígenas e amarelas. O resultado mostra um universo racialmente diverso. Numa análise geral dos dados, levando-se em consideração isoladamente cada categoria, apresenta-se uma maioria branca (47,6%), mas não superior à soma de pessoas pardas (31,2%) e pretas (18,9%). Essa composição é relevante para entender diferenças de acesso, permanência e estabilidade, principalmente quando cruzada com renda e forma de atuação.

Quando comparamos com a população brasileira, há menos pessoas pretas no recorte do que seria esperado, especialmente considerando desigualdades cruzadas com deficiência, renda e território. Isso ajuda a entender outras disparidades que aparecem ao longo do relatório.

As categorias indígena e amarela aparecem com participação menor a 2,5% dos cadastros, o que chama atenção para a necessidade de ações específicas de consideração desses grupos em políticas culturais e de acessibilidade, observando aspectos como territorialidade, acesso a projetos e espaços de formação e profissionalização artística, identificação com o universo das artes (as categorias mapeadas fazem sentido para a comunidade indígena, por exemplo?), dentre outros fatores.

Na categoria de Profissionais da Acessibilidade, a soma de pessoas pardas e pretas ultrapassa a metade da amostra (52%), mas barreiras de contratação e remuneração permanecem desiguais. Ações afirmativas explícitas, como bônus de pontuação e cotas de vagas ou contratos, fortalecem trajetórias profissionais e redes locais. Priorizar lideranças negras e coletivos periféricos em formação, curadoria e mediação reequilibra estruturas de poder. Nos contratos, ações como mentorias e transferência de conhecimento ajudam a consolidar autonomia técnica e de gestão. Indicadores relevantes incluem proporção de liderança negra por projeto, valor médio pago por raça/cor, tempo de pagamento e retenção de profissionais negros em ciclos subsequentes.

A categoria de Agentes Culturais é a única que mantém maioria branca (53,2%), mesmo na soma entre pretos (17%) e pardos (26,8%). É possível

identificar aspectos do racismo estrutural no que tange às oportunidades de trabalho nas funções mapeadas nessa categoria, como: gestão, direção, curadoria, expografia, coordenação, coreografia, dentre outras que assumem papel de hierarquia, decisão e poder nas equipes de trabalho e que, historicamente, foram ocupadas – majoritariamente – por pessoas brancas.

Refletindo sobre os dados referentes ao cadastramento de pessoas negras no Mapeamento Acessa Mais, analisamos alguns indicadores e percebemos que o preconceito no campo das artes contra as pessoas negras com deficiência é notório. Elas enfrentam uma camada tripla de barreiras no campo das artes, que se originam da interseção entre racismo e capacitismo e, muitas vezes, barreiras socioeconômicas.

O preconceito não é apenas uma questão de má vontade individual, mas sim resultado de estruturas sociais e históricas que marginalizam esses grupos. O capacitismo no ambiente artístico se manifesta de diversas formas, como infraestrutura inacessível em diversos espaços culturais que não possuem acessibilidade física adequada ou comunicacional, dificultando a participação e circulação desses artistas.

A perspectiva limitadora da capacidade tende a compreender a deficiência como uma limitação absoluta, e não como uma característica da diversidade humana. Isso leva à subestimação do talento e da capacidade criativa do artista.

Muitas vezes, o artista com deficiência tem sua obra ofuscada por uma narrativa sensacionalista de superação, desviando o foco da qualidade e do mérito artístico em si. Entendemos, com isso, que o racismo estrutural no sistema das artes impõe barreiras adicionais às pessoas negras com deficiência. Os espaços de poder, curadoria e crítica de arte são historicamente dominados por pessoas brancas. Essa ausência resulta em vieses na seleção, promoção e valoração de pessoas artistas negras que, em geral, enfrentam estereótipos sobre o tipo de arte que são esperadas para produzir, o que limita a experimentação e o reconhecimento de sua diversidade estética.

A falta de acesso a recursos e redes impede que muitos artistas negros tenham acesso à formação, aos materiais e às redes de contatos essenciais para prosperar no mercado de arte. Ser negro e ter deficiência impacta em dupla exclusão, visto que é duplamente invisibilizado, não se encaixando no perfil ideal da pessoa artista branca e sem deficiência.

Interessante notar que, muitas vezes, nem o movimento negro, nem o movimento das pessoas com deficiência trata suas questões de forma

completa e integrada. Destarte, a deficiência é vista como algo a ser corrigido e a negritude como algo exótico ou problemático. Juntas, essas percepções intensificam a marginalização, dificultando que a pessoa artista ou agente cultural negra com deficiência seja vista como uma profissional cuja obra merece atenção e investimento.

Além desses aspectos, há poucas exposições ou projetos curatoriais que se dedicam a destacar a produção artística que nasce dessa perspectiva interseccional, o que dificulta a entrada dessas pessoas no cânone e no mercado.

IDENTIDADE DE GÊNERO

Neste item dos formulários, considerou-se mulher cis, mulher trans ou travesti, homem cis, homem trans, intersexo, pessoa não binária, pessoa agênero e quem preferisse não responder. Dentre três categorias de cadastro, identificou-se a participação majoritária de mulheres cis (52,6%), seguida por homens cis (33,6%). As demais identidades somaram 13,8% dos cadastros, tendo maior incidência na categoria “Artistas com deficiência”.

Esses dados são importantes quando analisados junto com raça e renda. No entanto, o número de cadastros indica diversidade de gênero concreta no conjunto, incluindo pessoas que não se encaixam nas categorias binárias tradicionais ou que preferem não responder. Por isso, é fundamental garantir a participação dessas pessoas em espaços de formação profissional e de decisão, como em gestão cultural, em comissões, avaliação e coordenação técnica.

A porcentagem de pessoas que preferem não responder aponta sensibilidade do tema e necessidade de fortalecer confidencialidade, normalizar o uso de nome social e pronomes adequados e promover sentimento de pertença e segurança, desde a comunicação, divulgação, formulários e processos de seleção.

Em análise específica da categoria “Profissionais da acessibilidade cultural”, observa-se que a grande presença de mulheres cis reforça um padrão histórico de feminização em atividades ligadas a cuidado e mediação. Isso pode levar à desvalorização do trabalho. Para enfrentar esse cenário, é importante definir referências de preços em equidade de gênero e garantir prevenção ao assédio. Pensar na interseccionalidade entre deficiência e gênero é promover espaços de trabalho seguros e confortáveis, respeitando as especificidades de cada corpo.

No entanto, historicamente, os espaços culturais não foram construídos de forma a acolher profissionais com deficiência e, ainda, – em sua maioria

–, se mantêm sem a devida estrutura em camarins, coxias e banheiros, de modo a proporcionar segurança, privacidade e conforto para profissionais com deficiência.

ORIENTAÇÃO SEXUAL

- Heterossexual 62,2%
- Bissexual 11,4%
- Gay 7,9%
- Prefiro não responder 6,7%
- Outras orientações 11,8%

A maioria se identifica como heterossexual, mas as demais orientações formam um grupo importante, com presença de pessoas bissexuais, gays, lésbicas, pansexuais, assexuais e outras identidades reunidas no bloco “outras orientações”.

A taxa de pessoas que preferem não responder fica em um nível moderado, semelhante ao que costuma aparecer em pesquisas culturais. Isso mostra diversidade afetivo-sexual significativa, mas também algum grau de cuidado ou receio em declarar essa informação.

Quando analisamos esses dados junto com gênero e raça, percebemos camadas adicionais de experiência e possíveis desigualdades dentro do setor. A diversidade de orientações no recorte exige políticas claras de proteção e comunicação inclusiva.

Editais e contratos devem ter cláusulas antidiscriminatórias, e as equipes de produção e mediação devem receber formação básica sobre o tema. Materiais institucionais precisam usar linguagem simples e evitar estereótipos. Isso aumenta a sensação de segurança e confiança das equipes.

TEMPO DE ATUAÇÃO

Pergunta: “Há quantos anos trabalha com arte/acessibilidade cultural?”

- Mais de 20 anos 26,2%
- Mais de 10 anos 22,0%

- Entre 5 e 10 anos 22,2%
- Entre 2 e 5 anos 18,8%
- Menos de 2 anos 10,9%

A maior parte das pessoas tem mais de 10 anos de atuação, somando quem está na área há mais de 10 e há mais de 20 anos. Isso mostra que o campo é formado, em grande parte, por profissionais experientes, com trajetória longa e conhecimento acumulado.

Os grupos com 5 a 10 anos e 2 a 5 anos de atuação revelam que há renovação acontecendo, com novas pessoas entrando e permanecendo na área.

Já o grupo com menos de 2 anos é o menor, o que pode indicar que existem barreiras de entrada e, que quem consegue começar, tende a continuar atuando, ao longo do tempo.

RENDA MENSAL

A seguir, vejamos as faixas de renda e percentuais, considerando o salário-mínimo de R\$ 1.412,00

- Entre 2 e 5 salários-mínimos 34,3%
- Até 1 salário-mínimo 32,5%
- Entre 1 e 2 salários-mínimos 23,4%
- Entre 5 e 10 salários-mínimos 8,0%

A faixa acima de 10 salários-mínimos aparece com participação muito pequena

A maior parte das pessoas está nas faixas de renda até 5 salários-mínimos, com destaque para até 1 salário, entre 1 e 2 e entre 2 e 5 salários. As faixas acima de 5 salários aparecem pouco. Isso mostra que a renda típica (a mediana) está entre 1 e 2 salários-mínimos, perto da transição para 2 a 5 salários. Em resumo, a maioria vive com rendas baixas ou intermediárias, enquanto poucas pessoas alcançam valores mais altos.

EXCLUSIVIDADE DE TRABALHO COM ARTE/ ACESSIBILIDADE

Pergunta: Trabalha exclusivamente com arte ou acessibilidade?

- Sim 33,8%
- Não 66,2%

A maioria das pessoas não trabalha exclusivamente com arte ou acessibilidade.

Muitas precisam complementar a renda com outras atividades, o que ajuda a explicar por que tantas estão nas faixas de renda mais baixas e intermediárias. Esses dados mostram que, para grande parte do grupo, o campo cultural e de acessibilidade ainda não garante estabilidade financeira por conta própria.

FINANCIAMENTO CULTURAL

Pergunta: Recebeu algum tipo de financiamento?

- Sim 75,8%
- Não 24,2%

A maior parte das pessoas já acessou algum tipo de financiamento cultural. No entanto, esse acesso não foi suficiente para deslocar o conjunto para faixas de renda mais altas, como mostram os dados de renda mensal. Isso indica que, mesmo com financiamento, os valores, a duração dos projetos e a forma de contratação não garantem uma melhoria consistente de renda para a maioria.

DOCUMENTAÇÃO PROFISSIONAL

Pergunta: Possui documentação de identificação como profissional?

- Sim 50,3%
- Não 49,7%

Entre as documentações citadas estão portfólios, DRT, diplomas, carteiras de associação ou sindicato e outros registros. Metade das pessoas tem algum tipo de documentação profissional e metade não tem. Esses documentos, porém, são muito diferentes entre si. Um portfólio, por exemplo, não tem o mesmo peso formal que um DRT, um diploma ou uma carteira de associação. Essas diferenças afetam diretamente as oportunidades disponíveis. Variações no tipo de documento influenciam o acesso a editais,

as chances de contratação e a negociação de cachês. Em outras palavras, quem possui documentação mais formal tende a ter mais portas abertas do que quem depende apenas de registros informais.

ESCOLARIDADE

• Especialização 25,9%
• Graduação completa 20,2%
• Graduação incompleta 16,1%
• Mestrado 12,2%
• Ensino médio completo 10,0%
• Doutorado 5,8%
• Outros 9,9%

O grupo tem escolaridade alta, com muitas pessoas formadas no ensino superior, especialização, mestrado e doutorado. Esse padrão mostra um nível de qualificação elevado e uma presença significativa de formação acadêmica avançada.

Quando comparamos essa formação com os dados de renda, aparece um descompasso importante: mesmo com alta qualificação, a maioria permanece nas faixas de renda mais baixas ou intermediárias. Isso indica que o campo cultural e de acessibilidade ainda não valoriza, de forma proporcional, o nível de estudo das pessoas que atuam nele.

FORMAS DE ATUAÇÃO, ÁREAS E FUNÇÕES

• Informal 36,0%
• Microempreendedora Individual (MEI) 23,4%
• Serviço público 13,4%
• Outro 11,9%
• Empresa própria (exceto MEI) 9,4%
• Carteira assinada em empresa privada 6,0%

PERFIL DE ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA

Total de formulários válidos: 1.692

TIPO DE DEFICIÊNCIA

• Deficiência física 34,2% (592)
• Neurodivergência 18,7% (323)
• Deficiência visual 18,1% (313)
• Deficiência auditiva 13,9% (240)
• Deficiência intelectual 6,7% (116)
• Outros 6,0% (104)
• Múltiplas deficiências (39)
• Surdocegueira (03)

A deficiência física é a mais presente, seguida por neurodivergência e deficiência visual. Deficiência auditiva e intelectual também aparecem, mas com números menores. As contagens confirmam os percentuais. Embora as categorias de múltiplas deficiências e surdocegueira sejam pequenas, elas representam necessidades complexas. Esse conjunto mostra que não existe solução única de acessibilidade: diferentes áreas e práticas artísticas exigem combinações específicas de recursos.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

• Teatro 14,8% (607)
• Música 12,4% (509)
• Artes visuais 10,7% (442)
• Dança 10,7% (440)
• Audiovisual 10,4% (429)
• Literatura 9,4% (388)
• Performance 8,3% (341)
• Cultura popular 8,2% (338)

- Artesanato 6,8% (280)
- Outro 6% (247)

Circo aparece com números menores

As áreas são bem distribuídas entre várias linguagens artísticas. Teatro, dança, música, artes visuais e audiovisual têm participações próximas. Literatura e performance aparecem logo depois. Cultura popular e artesanato também têm presença significativa.

Infelizmente, o circo aparece com porcentagem irrisória, tendo apenas 91 cadastros de artistas com deficiência, em todo o Brasil, o que confirma as dificuldades apresentadas pelas pesquisadoras Ananda Guimarães e Andressa Cabral, na primeira parte deste relatório. Os números mostram que artistas com deficiência atuam em muitas linguagens diferentes, com grande diversidade. Quando cruzamos essas áreas com os tipos de deficiência, percebemos que cada linguagem exige recursos de acessibilidade específicos, o que ajuda a entender diferenças de renda e formalização.

TEMPO DE ATUAÇÃO

Descrição:

- Mais de 20 anos (33,7%)
- Mais de 10 anos (22,9%)
- 5–10 anos (19,6%)
- 2–5 anos (16,0%)
- Menos de 2 anos (7,7%)

O grupo mais numeroso tem mais de 20 anos de atuação e, somando com quem tem mais de 10 anos, temos mais da metade das pessoas com carreira longa. Isso mostra um campo com muita experiência acumulada.

Os grupos de 5–10 anos e 2–5 anos mostram renovação contínua. Pessoas com menos de 2 anos são minoria, indicando entrada recente menor. No geral, é uma comunidade experiente, mas que continua recebendo novas gerações.

RENDA MENSAL

Faixas de renda avaliadas:

- Até 1 salário-mínimo (44,8%)
- Entre 1 e 2 salários-mínimos (22,8%)
- Entre 2 e 5 salários-mínimos (24,7%)
- Entre 5 e 10 salários-mínimos (6,2%)
- Acima de 10 salários-mínimos

Os dados mostram que a maior parte das pessoas está nas faixas até 2 salários, e que a participação diminui conforme a renda aumenta. A distribuição de renda se concentra nas faixas mais baixas, especialmente até 2 salários-mínimos, e vai ficando menor conforme os valores sobem. Isso indica que a média de renda é baixa, mesmo havendo algumas poucas pessoas em faixas mais altas.

Quando comparamos esse resultado com o tempo de atuação, que mostra muitas pessoas com mais de 10 anos de experiência, e com o nível de escolaridade, que também é alto, percebemos um descompasso: mesmo com estudo e muitos anos de carreira, a maioria não alcança rendas mais elevadas.

A forma de atuação ajuda a explicar essa situação. Há muito trabalho informal e muitos registros como MEI, o que gera rendas instáveis e concentradas nas faixas mais baixas. Já os vínculos formais são minoria e, por isso, não conseguem elevar a renda média do grupo.

FINANCIAMENTO CULTURAL

- **Recebeu financiamento 50,4%**
- **Não recebeu 49,6%**
- Edital público municipal: 412
- Edital público estadual: 373
- Prêmio do setor público: 199
- Edital público federal: 186
- Apoio do setor privado: 145
- Patrocínio do setor privado: 132
- Prêmio do setor privado: 76

O acesso ao financiamento está praticamente empatado: metade acessou algum recurso, metade não. Isso mostra que políticas e editais alcançam parte do público, mas não de forma ampla ou contínua. Esse dado, comparado com tempo de atuação, reforça que ter uma carreira longa não garante acesso regular a financiamentos. Os números indicam também necessidade de maior atenção aos editais públicos federais, que não conseguem atender satisfatoriamente ao segmento de profissionais com deficiência no campo da cultura.

Embora seja possível identificar alguns avanços, sente-se a necessidade de mais projetos e programas direcionados ao segmento das pessoas com deficiência no âmbito cultural. Não tem demonstrado eficácia satisfatória a porcentagem baixa (em média 5% do total de projetos contemplados) para a participação de pessoas com deficiência no sistema de cotas.

Do mesmo modo, a comunicação sem acessibilidade para o conhecimento destes editais, plataformas de inscrição também inacessíveis, ausência de um canal direto para tirar dúvidas ou auxílio nas inscrições, dentre outros fatores já pontuados nesse relatório, podem refletir no cenário apresentado no item Financiamento Cultural.

DOCUMENTAÇÃO PROFISSIONAL

- Possui documentação 66%
- Não possui 34%

Entre os documentos aparecem portfólio, DRT, diploma, carteiras de associação e outros. A maioria possui algum tipo de documentação, mas um terço não tem documentos formais, o que pode dificultar acesso a editais, programas de formação e contratações. Os tipos de documentação variam muito e não representam condições iguais. Ter portfólio é diferente de ter um registro profissional, por exemplo. Isso interfere diretamente nas oportunidades.

ESCOLARIDADE

- Graduação completa 21,4%
- Graduação incompleta 18,6%
- Especialização 16,3%

- Ensino médio completo 15,7%
- Mestrado 9,2%
- Doutorado 4,3%
- Outros 14,5%

O nível de escolaridade é alto: há muitas pessoas com ensino superior e especialização. Mestrado e doutorado, mesmo em menor número, também estão presentes. Apesar disso, a renda não acompanha esse nível de formação, como já mostrado nas seções anteriores.

FORMAS DE ATUAÇÃO

- Informal 47,8%
- MEI 18,4%
- Outro 13,8%
- Serviço público 9,8%
- Empresa própria (exceto MEI) 5,5%

Carteira assinada aparece em patamar menor. Quase metade trabalha de forma informal, o que ajuda a explicar rendas mais baixas e instáveis. A atuação como MEI também é comum. Vínculos formais são minoria. O grupo “outro” inclui trabalhos por projeto, contratos curtos e outras formas flexíveis, o que contribui para a irregularidade de renda e oportunidades.

PERFIL DE AGENTES CULTURAIS COM DEFICIÊNCIA

Total de formulários válidos: 340

Uma das análises possíveis para a baixa adesão de Agentes Culturais com deficiência é a falta de acessibilidade nos equipamentos culturais, falta de formação especializada e o capacitismo, que não reconhece a pessoa com deficiência em funções como gestão, curadoria, direção ou produção. Em atividades de iluminação e sonoplastia, por exemplo, as cabines de luz e som, dificilmente, estão localizadas em espaços acessíveis. As produções ainda não consideram profissionais com deficiência para integrar sua equipe no design, diagramação, editoração, revisão de texto, masterização, edição de vídeo, montagem, trilha sonora, figurino, cenografia, assessoria de imprensa ou comunicação, para citar apenas algumas funções.

TIPO DE DEFICIÊNCIA

• Deficiência física 36,8% (135)
• Neurodivergência 23,2% (85)
• Deficiência visual 15,8% (58)
• Deficiência auditiva 13,9% (51)
• Outros 5,7% (21)
• Deficiência intelectual 2,6% (9)
• Múltiplas deficiências 2,4% (8)

Os tipos mais comuns são deficiência física e neurodivergência, seguidas por visual e auditiva. As categorias intelectual e múltipla aparecem com frequência menor. Essa distribuição influencia necessidades de acessibilidade e pode impactar padrões de renda.

ÁREAS DE ATUAÇÃO

• Audiovisual 13,2% (144)
• Teatro 11,7% (128)
• Artes visuais 11% (120)

• Cultura popular 10,7% (117)
• Música 10,5% (115)
• Literatura 10,2% (112)
• Outro 9% (98)
• Dança 8,3% (91)
• Performance 7,4% (81)
• Artesanato 5,9% (65)

Circo aparece com números menores

A distribuição por áreas é bem equilibrada entre as linguagens artísticas, como teatro, música, artes visuais e audiovisual, com uma pequena vantagem para o audiovisual e presença constante de teatro e artes visuais. Dentre as funções desempenhadas por agentes culturais com deficiência, destacaram-se: produção, gestão, curadoria, revisão de texto, cenografia, cenotecnia (iluminação, figurino e outros), parecerista, assessoria de comunicação e design.

Quando somamos literatura, dança, performance e cultura popular, vemos uma diversidade importante de produção e circulação no grupo analisado.

Os números totais confirmam essa proporção e mostram que a atuação cultural tem boa abrangência entre as 340 pessoas que responderam.

TEMPO DE ATUAÇÃO

• Mais de 20 anos 32,1%
• Mais de 10 anos 22,9%
• 5–10 anos 21,2%
• 2–5 anos 14,7%
• Menos de 2 anos 9,1%

Mais da metade atua há mais de 10 anos, indicando experiência e memória técnica. Há renovação moderada entre 5–10 anos e 2–5 anos. O grupo com menos de 2 anos é o menor, sugerindo barreiras de entrada no setor.

FUNÇÕES MAIS FREQUENTES

• Produção 24,3%
• Gestão 16,5%
• Outro 12,7%
• Curadoria 11,4%
• Assessoria de comunicação/imprensa 9,8%
• Revisão de texto 5,9%
• Cenotecnia 5,2%
• Cenografia 5,2%
• Parecerista 4,7%

A forma de atuação é marcada principalmente por trabalhos informais e pela modalidade MEI, enquanto a carteira assinada aparece com pouca frequência. Esse cenário está diretamente ligado aos dados de renda, já que vínculos mais instáveis costumam gerar menor previsibilidade financeira. A baixa presença de contratos formais ajuda a explicar por que tantas pessoas permanecem nas faixas de renda mais baixas ou intermediárias.

As áreas com maior participação reúnem tanto linguagens artísticas, como teatro, música, dança, audiovisual, artes visuais e literatura, quanto funções relacionadas à acessibilidade, como consultoria, mediação e interpretação em Libras. Isso mostra que o campo é diverso e integra criação artística com serviços especializados.

A distribuição das funções também revela que muitas pessoas acumulam várias frentes de trabalho ao mesmo tempo. É comum que a mesma pessoa exerça produção, gestão, curadoria, comunicação e funções técnicas ou editoriais. Esse acúmulo de papéis aumenta a variabilidade de rendimento e contribui para a predominância de vínculos flexíveis, em vez de contratos fixos e estáveis.

Em resumo, o conjunto dos dados mostra um campo diverso, formado por múltiplas funções e linguagens, mas sustentado principalmente por vínculos informais e por profissionais que precisam atuar em várias frentes, simultaneamente. Isso fortalece a criatividade e a versatilidade do setor, mas também reforça instabilidades que afetam renda, continuidade e condições de trabalho.

RENDA MENSAL

Faixas de renda, levando em consideração o salário-mínimo de R\$ 1.412,00:

- Até 1 salário-mínimo (25,6%)
- 1–2 salários-mínimos (25,9%)
- 2–5 salários-mínimos (38,5%)
- 5–10 salários-mínimos (7,6%)
- Acima de 10 salários mínimos (2,4%)

O gráfico mostra maior presença nas faixas entre 1 e 2 salários e entre 2 e 5 salários. Depois aparece a faixa até 1 salário. As faixas mais altas têm participação pequena.

A maioria recebe até 5 salários-mínimos. Poucas pessoas estão nas faixas mais altas. A mediana deve estar entre 1 e 2 salários, ou próxima da faixa 2–5. Apesar da experiência elevada (seção 2), a renda não acompanha o tempo de atuação, o que é comum no setor cultural.

FINANCIAMENTO CULTURAL

100% das pessoas responderam que já receberam algum tipo de financiamento.

Esse dado mostra que o recorte analisado é altamente inserido em mecanismos de fomento, possivelmente devido ao filtro da pesquisa ou perfil específico da amostra.

DOCUMENTAÇÃO PROFISSIONAL

Possui documentação profissional:

- Sim 77,1%
- Não 22,9%

Tipos de documentação incluem portfólio, diploma, DRT, carteiras de associação e outros. A maioria possui algum tipo de documentação, embora 1 em cada 5 não tenha. Os formatos são variados e há funções distintas, mostrando que “ter documentação” abrange situações diferentes.

ESCOLARIDADE

• Especialização 29,4%
• Graduação completa 24,4%
• Mestrado 15,6%
• Graduação incompleta 12,1%
• Doutorado 6,8%
• Ensino médio completo 5,3%
• Outros 6,5%

O nível de escolaridade é alto, com forte presença de ensino superior e pós-graduação. Mestrado e doutorado somam cerca de 20%. Esse perfil ajuda a explicar a diversidade de trajetórias e a distribuição de renda.

FORMAS DE ATUAÇÃO

• MEI 29,7%
• Informal 27,9%
• Serviço público 13,2%
• Empresa própria (exceto MEI) 12,6%
• Outro 8,5%
• Carteira assinada 7,9%

Predomina o MEI e a atuação informal. Depois vêm serviço público e empresas próprias. A baixa presença de carteira assinada reforça a tendência de vínculos independentes e formatos não tradicionais de contratação.

PERFIL DE PROFISSIONAIS DE ACESSIBILIDADE CULTURAL

Total de formulários válidos: 1.444

Deste número, 291 se autodeclararam Pessoa com Deficiência e 1.153 pessoas sem deficiência.

TIPO DE DEFICIÊNCIA

• Visual (27,2%)
• Neurodivergência (21,1%)
• Física (19%)
• Auditiva (16%)
• Outros (10%)
• Múltiplas deficiências (3,3%)
• Intelectual (3%)

Surdocegueira aparece de forma residual

O painel também apresenta contagens absolutas por categoria.

Os dados indicam a necessidade de um conjunto básico de recursos de acessibilidade, como Libras, legendagem, audiodescrição, materiais táteis, fonte ampliada e ajustes sensoriais. É fundamental que esses itens sejam previstos desde o início, para evitar cortes por falta de orçamento.

Para neurodivergência, práticas como reduzir ruído e luz, criar roteiros previsíveis e garantir sinalização clara aumentam conforto e participação. Ensaio técnico com público ajuda a ajustar os recursos.

Para múltiplas deficiências e intelectual, é essencial articular ações entre cultura, saúde, educação e assistência social. Definir responsáveis por etapa evita falhas de comunicação.

A qualidade dos serviços depende de parâmetros mínimos, como prazos adequados para roteiro de audiodescrição e legendagem, contraste adequado, locução clara e janela de Libras visível. Avaliações com pessoas usuárias devem estar previstas no cronograma e orçamento.

ÁREAS DE ATUAÇÃO E FUNÇÕES DE ACESSIBILIDADE

- Consultoria em acessibilidade 20%
- Mediação 18,9%
- Intérprete de Libras 15%
- Roteirista de audiodescrição 11,1%
- Locução 10,6%
- Linguagem simples 10,4%
- Legendagem 7,6%
- Consultoria em audiodescrição 6,2%

Estenotipia aparece em proporção muito pequena

A produção de acessibilidade envolve várias funções especializadas e dificilmente pode ser atendida por uma única pessoa, necessitando, pois, de equipe diversa com qualificação e especialização em saberes específicos. Por isso, é importante adotar uma classificação clara das funções, com escopo definido, entregas esperadas e pré-requisitos. Isso evita falhas e sobreposições.

Mediação aparecer como a segunda função com maior número de cadastros reforça a importância de reconhecimento e presença, nas equipes de produção, de profissionais especializados em acessibilidade cultural, para garantir a participação e fruição das pessoas com deficiência aos bens artísticos e culturais.

Modelos de equipe variam conforme o tamanho do projeto. Ações pontuais podem ter poucas funções essenciais, com revisão cruzada e coordenação técnica. Rodadas de revisão com pessoas usuárias devem ser previstas, como aconteceu nos testes da plataforma online do Mapeamento Acessa Mais.

Para reduzir riscos, recomenda-se ter profissionais reserva, equipamentos duplicados e um manual de contingência. Lideranças exercidas por pessoas com deficiência e validação constante com usuários aumentam pertinência e responsabilidade técnica.

Criar bancos regionais de talentos e trilhas de certificação com universidades e instituições públicas fortalece o setor a longo prazo.

TEMPO DE ATUAÇÃO

- 5 a 10 anos 25,4%
- 2 a 5 anos 22,9%
- Mais de 10 anos 20,8%
- Mais de 20 anos 15,9%
- Menos de 2 anos 15%

A presença equilibrada de pessoas iniciantes e pessoas experientes indica, por um lado, a renovação de profissionais no mercado de trabalho e, por outro lado, a permanência de profissionais com experiência, o que pode apontar para a necessidade de se pensar políticas públicas direcionadas a essas duas vertentes do segmento: uma de incentivo e formação qualificada no setor cultural, para quem está começando o caminho; outra que garanta condições de atualização e reconhecimento pela trajetória, de quem já vem trilhando há mais tempo.

RENDA MENSAL

- Entre 2 e 5 salários-mínimos (44,5%)
- Entre 1 e 2 salários-mínimos (23,6%)
- Até 1 salário-mínimo (19,7%)
- Entre 5 e 10 salários-mínimos (10,2%)
- Acima de 10 salários-mínimos (2,0%)

A maior parte das pessoas está nas faixas até 2 salários-mínimos. As faixas de renda mais altas aparecem em menor proporção.

Mesmo com muitos profissionais com tempo de atuação superior a 10 anos e alto nível de escolaridade, a renda não acompanha essa qualificação. A predominância de MEI e informalidade contribui para rendas mais instáveis e baixas.

Essa realidade impacta diretamente a capacidade de investimento individual, a margem para arcar com custos operacionais e a previsibilidade do fluxo de caixa. Esses fatores ajudam a explicar a permanência de grande parte das pessoas nas faixas mais baixas.

FINANCIAMENTO CULTURAL

O recorte mostra 100% de profissionais que já receberam algum tipo de financiamento.

Embora todas as pessoas tenham recebido financiamento, isso não elimina barreiras ao longo da execução. É importante garantir que formulários, modelos, tutoriais e plantões de dúvidas sejam acessíveis, com Libras, legendas e linguagem simples. Isso reduz inadimplência e devolução de recursos. Uma boa estratégia de ampliação é priorizar pessoas iniciantes e projetos no interior, oferecendo formação antes do edital e acompanhamento técnico durante toda a execução. Consórcios regionais ajudam a ampliar escala e reduzir custos. É recomendável manter um painel público de acompanhamento, com marcos, indicadores e contrapartidas acessíveis, fortalecendo a transparência.

DOCUMENTAÇÃO PROFISSIONAL

- Não possui documentação 74,4%
- Possui documentação 25,6%

Os tipos incluem DRT, registros profissionais, portfólios e outros documentos.

A ausência de documentação dificulta contratações formais e reduz o valor das remunerações. Mutirões de regularização e apoio jurídico e contábil podem ajudar.

Uma política de pré-qualificação pode aceitar documentação em processo, com prazos e acompanhamento para conclusão. Isso evita que profissionais competentes sejam excluídos por questões burocráticas. Indicadores sugeridos incluem número de pessoas regularizadas por ciclo, tempo médio para obtenção da documentação e impacto na renda contratada.

ESCOLARIDADE

- Especialização 36,3%
- Graduação completa 17,7%
- Mestrado 15%
- Graduação incompleta 14,1%

- Doutorado 7,3%
- Ensino médio 4,4%
- Outros 5,2%

Embora o nível de escolaridade seja elevado, a renda permanece baixa e marcada pela informalidade, mostrando subutilização da formação. Conectar profissionais a pesquisas aplicadas, documentação de metodologias e estudos de público fortalece trajetórias e amplia possibilidades de carreira. Importante garantir a contratação de profissionais de acessibilidade nos equipamentos públicos de cultura e em todas as produções que recebem verba pública, como previsto na nossa legislação.

Indicadores recomendados incluem produção de materiais metodológicos, investimento em formação específico no setor cultural e análise de satisfação dos públicos atendidos.

FORMAS DE ATUAÇÃO

- MEI 27,7%
- Informal 24%
- Serviço público 17,7%
- Empresa própria 13,2%
- CLT 7%
- Outros 10,4%

A predominância de MEI e informalidade mostra atuação empreendedora, mas com lacunas na gestão. Um pacote de apoio pode incluir consultoria contábil e jurídica, modelos de contrato, planilhas de precificação e calendários fiscais em linguagem simples.

Contratos padronizados com valores de referência por função ampliam a previsibilidade e a escala de projetos. Compras públicas que exijam acessibilidade mínima e incluam lotes regionais fortalecem o setor.

É importante acompanhar evolução da formalização e variação de renda por tipo de vínculo.

CONCLUSÃO

ABRIMOS CAMINHO E PASSAMOS

O Mapeamento Acessa Mais se consolida como um marco histórico e um passo estratégico e vital para a cultura brasileira. Ao cumprir sua missão de identificar 3.476 artistas, agentes culturais com deficiência e profissionais da acessibilidade cultural, o projeto não apenas atende a uma antiga e urgente reivindicação por reconhecimento, mas também fornece o subsídio fundamental para a construção de uma política estruturante de acessibilidade cultural, da Cultura do Acesso e da Cultura DEF no Sistema MinC.

O sucesso do mapeamento, impulsionado pela parceria entre o MinC/ Sefli e a UFBA, e fundamentado na filosofia “Nada sobre nós, sem nós”, valida o protagonismo das pessoas com deficiência em todas as esferas da criação e produção cultural. A iniciativa reforça a compreensão de que o acesso (a letra A das políticas públicas) é uma responsabilidade coletiva e um princípio anticapacitista essencial, que exige a transformação contínua das estruturas e práticas.

Os resultados e o arcabouço teórico-conceitual presentes neste relatório – que aborda desde a Ancestralidade DEF até o combate à Bipedia Compulsória – demonstram o mérito e a necessidade de continuidade e ampliação do projeto. Mais do que dados, o Mapeamento Acessa Mais revela a potência criativa, estética e política da comunidade DEF e convida a sociedade a repovoar seu imaginário, reconhecendo a enorme colaboração que a Cultura DEF presta, há muito tempo, ao nosso país.

Ao celebrar essa entrega, o caminho a seguir é transformar esses dados e conceitos em ações concretas e políticas públicas efetivas, garantindo que a Cultura do Acesso se torne uma prática inquestionável e um pilar de justiça social na gestão cultural brasileira.

MINIBIO DAS PESSOAS AUTORAS

Edu O. é artista DEF, Professor da Escola de Dança da UFBA, Diretor do Grupo X de Improvisação em Dança. Doutor em Difusão do Conhecimento (PPGDC/UNEB). Mestre em Dança e graduado em Artes Plásticas pela UFBA.

Marilza Oliveira é Professora da Escola de Dança da UFBA, artista de dança, preparadora corporal e curadora. Atua como pesquisadora, educadora no campo das danças afro-brasileiras. Doutora e Mestre em Dança pelo PPGDANCA/UFBA).

Aline Zeymer é Arquiteta e Urbanista, servidora pública. Atualmente atua como Coordenadora de Acessibilidade Cultural no MinC. Percussionista, é idealizadora e integrante da Fanfarra Anticapacitista do DF: Me Chame Pelo Nome.

Amanda Lyra é artista, empresária, publicitária, palestrante e pesquisadora, referência nacional em acessibilidade digital, cultural e marketing inclusivo. CEO e cofundadora da Acessara.

Amanda Soares é comunicadora, roteirista, pesquisadora e criadora do perfil @pcdperigosa. Mestranda em Literatura e Cultura pela UFBA. Atua na área de Filologia e Crítica Textual.

Anahí Guedes de Mello é antropóloga DEF, doutora em Antropologia Social pela UFSC. Pesquisadora do NED/UFSC; da Anis – Instituto de Bioética; e do Laboratório de Pesquisa sobre Corpos, Naturezas e Sentidos (CONATUS/UFF). Coordenadora do Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA e membro do Comitê de Políticas de Acessibilidade e Deficiência da ANPOCS.

Ananda Guimarães é artista DEF e pesquisadora das encruzilhadas. Atua como gestora do Vale das Pedrinhas Cazuá de Criação, Diretora da coletiva de palhaças e co-fundadora do ADA (Artistas DEFs do Amazonas).

Andressa Cabral da Costa da Silva é Licenciada em Teatro/UFMA, Técnica em Produção Cultural/IEMA, Especialista em Acessibilidade Cultural/UFRJ, Pós-graduanda em Direitos Humanos, Acessibilidade, Saúde e Inclusão/Fiocruz.

Cristiane Munõz é atriz, palhaça, diretora, pesquisadora e palestrante. Pós-doutoranda na UNIRIO. É doutora e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da UNIRIO, onde também se graduou em Artes Cênicas, com habilitação em Interpretação.

Desiree Helissa Casale trabalha com arte e educação, mediação e processos educativos. Foi curadora no projeto *AcessArte*, do Espaço Cultural Cita; Autora do Livro *Tá todo mundo rindo?* e integra o Coletivo Feminista Helen Keller.

Estela Lapponi é performer, videoartista e terrorista poética paulistana. Desde 2009, realiza práticas investigativas a partir do conceito que criou – *Corpo Intruso*, sobre o qual lançou o livro, em 2023, *Corpo Intruso*, uma investigação cênica, visual e conceitual.

Fábio Passos é Doutor em Filosofia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutorado em Artes Visuais, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Atualmente é Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

Marcelo Zig é filósofo, ativista, defensor dos direitos humanos, fundador do coletivo *Quilombo PCD*, criador do personagem ancestral – *Afrodef* e Superintendente dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Governo do Estado da Bahia.

Natália Pinto da Rocha Ribeiro (Natalia Rocha) é artista e pesquisadora DEF, dançarina, atriz, pedagoga, consultora em acessibilidade e em audiodescrição, professora na Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Grupo X de Improvisação em Dança, doutora e mestre em dança (PPGDANCA/UFBA).

Olivia von der Weid é Professora do Departamento de Antropologia da UFF, coordena o Laboratório de Pesquisas sobre Corpos, Naturezas e Sentidos – LAB CONATUS/UFF. Integrante do Comitê Deficiência e Acessibilidade (CODEA/ABA).

Patrícia Dorneles é Professora do Departamento de Terapia Ocupacional e do EICOS/Instituto de Psicologia da UFRJ. Mestre em Educação pela UFSC, doutora em Geografia pela UFRGS. Coordenadora do LACAS/UFRJ.

Paula Gotelip é Doutora em Artes Cênicas pela UDESC, produtora, parecerista, curadora, artista e arte-educadora. Autora do livro infantil “Dançando com as Palavras” e atriz em “Parlenda” e “Um elefante azul caiu no Quintal”.

Renata Rezende é atriz, performer, poeta e professora da área de Libras no IFB/Campus Brasília. Mestre em Estudos da Tradução (UnB/2019). Possui graduação em Sistema da Informação (UNIEURO) e graduação em Letras/Libras (UFSC)

Sandra Rosa é Professora, pesquisadora, audiodescritora, roteirista e narradora, consultora em acessibilidade e poetisa. Professora titular da UNEB. Líder do Grupo de Pesquisa e Extensão em Acessibilidade e Arte – GA&A; Coordenadora do NEDE/UNEB. Idealizou e coordena, com outras pessoas, o Coletivo Saídas Culturais Acessíveis.

Sara Paoliello é cineasta, doutoranda e mestra em Comunicação Social (UFMG). Formada em Cinema e Audiovisual (UMA) e possui licenciatura em Artes Visuais (Claretiano). Idealizadora do Cineclube Acessível, no Cine Humberto Mauro, Palácio das Artes. Desde 2023, organiza a mostra Deficiência em Tela.

Valdo Nóbrega é Chefe de Divisão de Acessibilidade Cultural do MinC; Tradutor bilíngue e Professor de Libras; Consultor linguístico – Línguas de Sinais; Mestre e Doutorando em Linguística e Especialista em Educação de Surdos do INES.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Mateus Henrique do; MONTEIRO, Maria Inês B. Deficiência e linguagem cinematográfica. *Journal of Research in Special Educational Needs*, v. 16, n. 1, 2016, p. 351–354. Disponível em: <https://nasenjournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-3802.12159> Acesso em: 07 out. 2025.

AMOEDO BARRAL, José Henrique. Dança inclusiva em contexto artístico: análise de duas companhias. 2002. Dissertação (Mestrado) – Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Motricidade Humana, Lisboa, 2002.

BISPO, A. (Nego Bispo). A terra dá, a terra quer. São Paulo: Hedra, 2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br.

CARMO, Carlos Eduardo Oliveira do. Vocês, bípedes, me cansam! Modos de aleijar a dança como contranarrativa à bipedia compulsória. 2023. 226 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação Multi-Institucional em Difusão do Conhecimento, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2023.

CARMO, Carlos Eduardo O. do. Entre sorrisos, lágrimas e compaixões: implicações das políticas culturais brasileiras (2007 a 2012), na produção de artistas com deficiência na dança. 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Dança, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

CASALE, Desiree Helissa. Tá todo mundo rindo? São Paulo: Editora Question, 2023.

CASTRO, Fátima C. D. Corpo Sitiado... A comunicação invisível: dança, rodas e poéticas. 2007. 141 f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

COMITÊ DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando corpo e a sociedade. ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI: Brasília; São Paulo; Rio de Janeiro, 2020. 14p. 2020. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/acessibilidade/>. Acesso em: 05 mai. 2023.

DUPRAT, R. M. Atividades Circenses: possibilidades e perspectivas para Educação Física Escolar. In: . O circo e o circo e a educação. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2007. P 19-60.

FERNANDES, Fernando; ATAYDE OLIVEIRA, Beatriz Christine; DA SILVA BRASIL, Juivalda. LITERATURA SURDA EM ESCRITA DE SINAIS: LEVANTAMENTO DE LIVROS EM SIGNWRITING. Revista Letras Escreve, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 1–18, 2024. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/221>. Acesso em: 13 out. 2025.

FREITAS, Marcos Cezar de. Educação inclusiva: diferenças entre acesso, acessibilidade e inclusão. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 49, n. 172, p. 12-31, 2019.

FIGUEIRA, Emílio. As pessoas com deficiência na história do Brasil: uma trajetória de silêncios e gritos. 4.ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

GAVÉRIO, Marco A. Medo de um Planeta Aleijado? Notas para Possíveis Aleijamentos da Sexualidade. Áskesis - Revista dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, v. 4, p. 103-117, 2015.

GESSER, Marivete; AYDOS, Valéria; BLOCK, Pamela; SILVA, Paula Xavier da. Capacitismo nas trajetórias educacionais e a produção da fadiga de acesso. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 49, e141797, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/2175-6236141797vs01>.

HAMRAIE, Aimi. Building Access: Universal Design and the Politics of Disability. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2017.

KAFER, Alison. Feminist, Queer, Crip. Bloomington: Indiana University Press, 2013.

LANNA JUNIOR, Mário Cleber Martins (Comp.). História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010.

LAPPONI, Estela. Corpo intruso: uma investigação cênica, visual e conceitual / Estela Laponi. -- 1. ed. -- São Paulo: Casa de Zuleika, 2023.

LOBO, Lilia Ferreira. Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

MATOS, Lúcia. Dança e diferença: cartografia de múltiplos corpos dançantes. Salvador: EDUFBA, 2012.

McRUER, Robert. Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and

Disability. New York: New York University Press, 2006.

MELLO, Anahí Guedes de; FIETZ, Helena; RONDON, Gabriela. Entre os “direitos das pessoas com deficiência” e a “justiça deficiente”: reflexões antropológicas a partir do contexto brasileiro [vídeo]. In: ENADIR – ENCONTRO NACIONAL DE ANTROPOLOGIA DO DIREITO, 7., 2021. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TVPdIWzaS8A> . Acesso em: 22 set. 2025.

MINGUS, Mia. Access intimacy: The missing link. 2011. Disponível em: <https://leavingevidence.wordpress.com/2011/05/05/access-intimacy-the-missing-link/>. Acesso em: 21 set. 2025.

OFICINA nacional de indicação de políticas públicas culturais para inclusão de pessoas com deficiência. Nada sobre nós sem nós: relatório final 16 a 18 de outubro de 2008. Rio de Janeiro, RJ: ENSP/FIOCRUZ, 2009. ISBN: 978-85-88588-05-9.

PALHAÇAS DEFS e a Criação do Riso [vídeo]. YouTube, 2025. Disponível em: https://youtu.be/RG8ysyhxRmY?si=s1oOyncWF_-U7QOd. Acesso em: 29 set. 2025.

PERLIN, G. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 669-687, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC>. Acesso em: 7 out. 2025.

PAOLIELLO, Sara de Oliveira. Deficiência em tela: processos de realização do corpo desviante no cinema. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/items/5b157b43-fc06-42db-8d39-292bc1494621>

SILVA, Ermínia. O circo: sua arte e seus saberes – o circo no Brasil do final do século XIX a meados do XX. 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

SILVA, A. C. da C. da. Os (Des) equilíbrios da Produção Circense no Brasil Contemporâneo. 2014. Monografia (Licenciatura em Teatro) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SILVA, A. C. da C. da. Circo de Lona Itinerante no Brasil. 2019. Monografia (Especialização em Acessibilidade Cultural) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, Andressa Cabral da C. da. Acessibilidade Cultural para o Circo

de Lona Itinerante - CAD. GIPE CIT Salvador ano 24 n 44 p 153-170 2020.1
https://periodicos.ufba.br/index.php/gipe-cit/issue/view/2067/pdf_18

SILVA, Otto Marques da. A epopeia ignorada. (A pessoa com deficiência na história do mundo de ontem e de hoje). São Paulo: CEDAS, 1987.

SOMERA, Nicole. O artista com deficiência no Brasil. 1. ed. Curitiba: Appris, 2019.

TEIXEIRA, Carolina. Deficiência em cena: a ciência excluída e outras estéticas. 2. ed. Natal: Offset, 2021.

TEIXEIRA, Ana Carolina Bezerra. A estética da experiência: trajetórias do corpo deficiente na cena da dança contemporânea do Brasil e dos Estados Unidos. Tese – (Doutorado em Artes Cênicas). Universidade Federal da Bahia, Escola de Teatro, Salvador, 2016.

TITCHKOSKY, Tanya. The Question of Access: Disability, Space, Meaning. Toronto: University of Toronto Press, 2011.

TORRES, Antônio (org.). O circo no Brasil. Rio de Janeiro: Funarte, 1988.

Descrição da Contracapa.

Página final com fundo azul escuro.

À esquerda, o título “Mapeamento” em letras grandes brancas de bordas arredondadas. Na parte inferior da palavra e levemente deslocado para a direita, “Acessa Mais” menor e em amarelo.

Abaixo, um bloco de texto em letras brancas: “A publicação desse relatório celebra um trabalho que reflete um momento histórico para a classe de artistas e agentes culturais com deficiência e profissionais com e sem deficiência que atuam na área da acessibilidade cultural, no Brasil. O Mapeamento Acessa Mais, importante parceria entre o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Formação, Livro e Leitura (SEFLI/MinC) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), responde a uma reivindicação antiga por reconhecimento, valorização e investimento na Cultura DEF. Este material está dividido em duas partes: a primeira apresenta o projeto do Mapeamento Acessa Mais e textos acerca da relação entre arte e pessoas com deficiência; e a segunda parte apresenta os dados e análises dos mapeados.”

Em seguida do texto, um retângulo branco com a indicação de espaço para ISBN e código de barras.

À direita, uma coluna vertical de animações de rostos humanos em linhas finas azul claras sobre o fundo azul escuro. Organizados em pares, formam seis níveis ao longo da vertical, totalizando doze rostos.

Homens e mulheres com diferentes características: cabelos curtos, longos, ondulados, crespos, espetados e também uma pessoa careca. Alguns usam óculos ou têm barba e as expressões faciais variam entre sorriso e expressão neutra.

No rodapé, à esquerda, os logotipos institucionais da Universidade Federal da Bahia e do Ministério da Cultura. À direita, o logotipo do Governo do Brasil, acompanhado do slogan “Do lado do povo brasileiro”.

Mapeamento

ACESSA MAIS

A publicação desse relatório celebra um trabalho que reflete um momento histórico para a classe de artistas e agentes culturais com deficiência e profissionais com e sem deficiência que atuam na área da acessibilidade cultural, no Brasil. O Mapeamento Acessa Mais, importante parceria entre o Ministério da Cultura, através da Secretaria de Formação, Livro e Leitura (SEFLI/MinC) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), responde a uma reivindicação antiga por reconhecimento, valorização e investimento na Cultura DEF. Este material está dividido em duas partes: a primeira apresenta o projeto do Mapeamento Acessa Mais e textos acerca da relação entre arte e pessoas com deficiência; e a segunda parte apresenta os dados e análises dos mapeados.

ISBN: 978-65-982015-4-8



Realização



MINISTÉRIO DA
CULTURA

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

